



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

6.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE AGOSTO DE 2017

Presidente: Exmo. Sr. José Diogo

Secretários: Exmos. Srs. Celmira Sacramento
Nenésio Afonso
Aérton do Rosário

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 20 minutos.

Antes da Ordem do Dia. - O Sr. Deputado Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD) interpelou a Mesa sobre o critério utilizado pelo Presidente para os Srs. Deputados intervirem.

Em assunto de interesse relevante, o Sr. Deputado António Ramos (MLSTP/PSD) comentou uma entrevista dada por um deputado na comunicação social.

Por sua vez, os Srs. Deputados Idalécio Quaresma (ADI), Maria das Neves (MLSTP/PSD), Abnildo d'Oliveira (ADI), Alda Ramos (ADI), Delfim Neves (PCD) e Esmael Santos (ADI) falaram sobre a criação do Tribunal Constitucional.

Também o Sr. Deputado Jorge Amado (MLSTP/PSD) falou que os partidos de oposição reuniram para falarem da situação interna do País.

A Sra. Deputada Beatriz Azevedo (MLSTP/PSD), falou que devido a contenção no orçamento está a prejudicar algumas obras do distrito de Caué.

Também em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Jorge Bondoso (ADI) disse que algumas intervenções dos Srs. Deputados, é uma vergonha para a Assembleia Nacional.

Em assuntos de políticas de interesses relevantes o Sr. Deputado José António Miguel (ADI) diz que a oposição é especialista em batota.

Ainda neste ponto o Sr. Deputado Levy Nazaré diz que trás dois assuntos um sobre a democracia e outro sobre igualdade de liberdade de expressão.

Por sua vez num ponto de ordem o Sr. Deputado Jorge Amado diz que o Sr. Deputado Levy Nazaré está a fazer o resumo daquilo que foi dito por outros Srs. Deputados.

Entretanto, a Sr. Secretária da Mesa procedeu à leitura do Projecto do Voto de Pesar por ocasião da morte do Sr. João António (Chiteque).

Ordem do Dia. — O Plenário aprovou na generalidade o Projecto de Lei n.º24/X/6ª/2017 – Lei da Comissão Eleitoral Nacional, após a apresentação e leitura do parecer da 1.ª Comissão pelos Srs. Deputados Idalécio Quaresma (ADI) e Esmael da Glória (ADI), intervieram os Srs. Deputados Danilson Cotú (PCD), Abnildo d'Oliveira (ADI), Jorge Amado (MLSTP/PSD), Idalécio Quaresma (ADI), Bilaine de Ceita (ADI), Delfim Neves (PCD), Maria das Neves (MLSTP/PSD), Joaquim Salvador (ADI) e José António Miguel (ADI).

De igual modo, também foi aprovado, na generalidade, especialidade e final global o Projecto de Lei nº26/X/6ª/2017 – Lei que Prorroga o mandato dos Órgãos Autárquicos e Regional, após a apresentação pelo Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira e leitura da Nota da 1.ª Comissão pela Secretária da Mesa. Intervieram os Srs. Deputados Jorge Amado (MLSTP/PSD), Vasco Guiva (MLSTP/PSD), Delfim Neves (PCD) e José António (ADI).

Também foram aprovados na votação final global os projectos-leis n.ºs 20,21,22/X/6ª/2017, sendo: Orgânica do Tribunal Constitucional, Secretária do Tribunal Constitucional e Custas do Tribunal Constitucional, após a leitura do Relatório da 1.ª Comissão pelo Sr. Deputado Vasco Guiva.

Proferiu declaração de voto oral o Sr. Deputado Danilson Cotú (PCD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 16 horas e 40 minutos..

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d'Oliveira**
Adilson Cabral **Managem**
Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos **Ramos**
Anaydi dos Prazeres Ferreira
Arlindo Quaresma dos Santos
Berlindo Branco Vilela **Silvério**
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Celmira d'Almeida do **Sacramento**
Egrinaldino de Carvalho Viegas de Ceita
Esmael da Glória Espírito Santo
Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos
Gabriel Barbosa dos Ramos
Idalécio Augusto **Quaresma**
Ivo Mendonça da **Costa**
Joaquim Salvador Afonso
Jorge Sousa Ponte Amaro **Bondoso**
José António do Sacramento **Miguel**
José Carlos Cabral d'Alva
José da Graça **Diogo**
José Manuel Macumbo **Costa Alegre**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça **Narciso**
Mário Fernando Rainho
Martinho da Trindade **Domingos**
Milton Viegas Fernandes **Lima**
Nenésio Quaresma **Afonso**
Ossáquio Perpétua **Riôa**
Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**
Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**
Sebastião Lopes **Pinheiro**
Silvestre **Moreno** Mendes
Wilder Monteiro dos Santos

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Ana Isabel Meira Rita
António da Trindade Afonso dos Ramos
António das Neves Sacramento **Barros**
António Monteiro Fernandes
Arlindo Barbosa Semedo
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**
Danilo Neves dos Santos
Dionísio Fernandes Leopoldino
Jerónimo Lima Pires Quaresma
Jorge Amado
Manuel José da Trindade **Gaspar**
Maria das Neves Baptista de Sousa
Mohamed Guadalupe Ramos da **Glória**
Manuel da Cruz **Marçal Lima**
Vasco Gonçalves **Guiva**
Vieira da Silva **Madre Deus**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Baltazar Freire de Pina

Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**
Delfim Santiago das **Neves**
Jorge Dias Correia
José Luís **Xavier Mendes**

União dos Democratas para o Desenvolvimento (UDD):

Nelson Monteiro Dias da Mota

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro da s Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de endereçar os meus calorosos cumprimentos a todos, pela vossa honrosa presença nesta Augusta Assembleia e desejo a todos um bom dia de trabalho parlamentar.

Vamos continuar os nossos trabalhos de hoje com declarações política dos líderes dos grupos parlamentar.

A Mesa acabou de receber a lista dos deputados que irão intervir, mas fui informado que em termo de declarações políticas nada entrou, apenas assuntos de interesse político relevantes.

Sras. e Srs. Deputados, vamos fechar o Período de Antes da Ordem do Dia com as intervenções das Sras. e Srs. Deputados inscritos nos termos da alínea c) do artigo 83.º do Regimento.

De acordo com a lista de inscrição submetida a Mesa passaria a chamar o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Interpelação a Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Gostaria de saber qual é o critério que está a ser utilizado para chamar os deputados para fazer a intervenção, porque ontem começou-se a chamar os deputados do MLSTP/PSD em primeiro lugar e não sei se está-se a fazer chamada em termo de representação parlamentar, porque somos a segunda força. É só para perceber o critério.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se lembra bem, ontem chamei em primeiro lugar um deputado do Grupo Parlamentar do PCD.

Uma Voz: — Chama ADI, tem mais.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, em função do número que tenho na lista vou chamando. Há lista que são maiores e há lista que são menores, é critério que escolhi, de forma interpolada, ninguém vai-me impor. Vou dizer aquilo que convém a Mesa para poder dirigir os trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, a minha questão tem a ver com o tempo. O Boletim Informativo que recebi diz que a sessão começa às 9 horas e termina às 14 horas, 5 horas, regimentalmente correcto. Sinceramente, não consegui saber como é que foi distribuído o tempo de 5 horas, pesa embora temos 1 hora do período prévio, sobram quatro e nos dois primeiros pontos da Ordem do Dia também estão com 1 hora. Depois tem os três pontos que são para votação final global, não está determinado o tempo para este período, julgo que 1 hora é suficiente.

A minha questão é saber o que fazer com as 2 horas que não estão distribuídas?

O Sr. **Presidente**: — *Falou com o microfone desligado.*

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não. São 5 horas de trabalho das 9 horas às 14 horas. São 1 hora depois outros 2 pontos tem mais 1 hora cada, são 2 horas, total são 3 horas e outras 2 horas não foram distribuídas.

O Sr. **Presidente**: — *Falou com o microfone desligado.*

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não está em causa isso. No período prévio a Ordem do Dia tem 1 hora, sobram 4 horas, depois outros dois primeiros pontos da Ordem Dia têm 1 hora cada, são 2 horas, então são 3 horas. Faltam 2 horas para distribuir, pelo menos do Boletim Informativo que recebi.

O Sr. **Presidente**: — Está bem, mas fazemos sempre em excesso, porque nunca se sabe se vai prolongar ou não. Em princípio, como disse, são 3 horas.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — As 3 horas distribuídas.

O Sr. **Presidente**: — Nunca terminamos 3 horas certinho.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não. Os dois primeiros pontos da Ordem do Dia tem a ver com iniciativas recentes e vai merecer alguma discussão e foi distribuído um tempo de 5 minutos, estou a falar do meu Grupo Parlamentar, PCD, para discutir na generalidade. Se temos ainda 2 horas que não estão distribuídas a minha proposta é que se distribua essas duas.

Sr. Presidente está a agitar a cabeça, o senhor está a dirigir os trabalhos. Estou a fazer uma proposta.

São 5 horas de trabalho, mas o que está distribuído são 3 horas, outras 2 horas não estão. Não sei se fiz entender.

O Sr. **Presidente**: — Em relação a esta matéria só temos 1 hora para cada assunto, sempre se discutiu assim e sempre foi assim, nunca excedeu 1 hora. Nesse sentido o primeiro assunto leva 1 hora, o segundo também, é assim que programamos em termo de tempo global.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Por exemplo para OGE faz-se 1 hora.

O Sr. **Presidente**: — O OGE é um processo especial, leva mais tempo em termo de discussão.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não estou a falar de especialidade da matéria, estou a falar do tempo.

O Sr. **Presidente**: — Correcto, mas estou a falar que para outras matérias é apenas 1 hora para discussão. Está assim regimentalmente.

Sr. Deputado Vasco Guiva, estamos a começar agora, apenas a começar agora, deixa-me chamar o deputado interveniente que é o Sr. Deputado António Ramos para iniciarmos o trabalho.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Ontem de tarde acompanhei a longa entrevista na televisão e como professor senti-me na necessidade de fazer uso da palavra, apesar de aqui não poder expor tudo ou pelo menos o que aprendi da sociologia e que parte passei, para algumas pessoas que estão aqui nesta Sala.

O conceito de maioria em que um deputado tentou desenvolver na televisão enquadra-se na escola antropologista de Gobineau. Por isso, quando se fala na maioria tem outro significado.

Podemos dizer que a América não tem população, tem uma densidade populacional de 300 e tal habitantes por km², mas pegou numa população da África carregou toda para os EUA. Porque está-se a proteger os indígenas, não é minoria?

Este enquadramento, este desenvolvimento que se falou da maioria fiquei com essa vontade de responder, mas não tive essa possibilidade. Só vim para aqui porque muitos deputados falam, fazem e tudo mais, por isso que o outro deputado, se a memória não me falha o Sr. Deputado Delfim Neves disse que seria bom que houvesse um debate para se discutir as coisas e colocá-las no seu devido lugar. O que é maioria? O que é minoria nos aspectos sociológico?

É isso que me preocupa e vai-me preocupar sempre.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Caros deputados, a situação que me traz aqui hoje sim é um assunto de interesse relevante, tendo em conta que tem havido muitas badaladas na praça pública acerca do TC (Tribunal Constitucional) como se fosse a ADI o mentor da criação do TC.

Só quero recordar que foi com a revisão constitucional de 2003 que se introduziu a criação do TC estando na Constituição da República na sua epígrafe TC com o Título VII sendo, os artigos 131.º definição, 132.º composição e estatuto de juizes, 133.º competências e 134.º organização e funcionamento.

Atendendo ao artigo 134.º é que o Grupo Parlamentar da ADI reintroduziu o projecto tendo em conta que o projecto já tinha estado nesta Casa Parlamentar.

Não é um projecto novo, já tinha sido apresentado pelo governo liderado pelo Sr. Engenheiro Tomé Vera Cruz, admitido em 11/10/2006 aprovado em 18/1/2007 com 40 votos a favor, 0 contra e 4 abstenções, na generalidade. Foi aprovado na especialidade em 29/6/2007 e foi vetado pelo Presidente da República Fradique de Menezes em 11/7/2010 com argumentos pouco claros que posso mencionar.

Passo a citar, numas questões ele dizia, «Acresce ainda que a lei da orgânica do TC enviada para promulgação exclui a conformação da vontade política do Sr. Presidente da República através de uma eventual promulgação ou veto, sobretudo sendo também o Presidente da República um dos co garante da Constituição.

Pois, a indigitação dos juizes do TC far-se-á por uma simples resolução da Assembleia Nacional que não carece de nenhuma comparticipação por parte do Presidente da República».

Só para citar algumas das questões. Vendo há uma dúvida que surge. A lei foi aprovada na generalidade em 29/6/2007 e foi vetada pelo Presidente, creio, uns dias antes de abandonar o Palácio do Morro, Morro não Favorita, com um veto que depois ficamos a conhecer datado de 7 de Julho de 2010.

Portanto, gostaria também de pedir uma reflexão aos Srs. Deputados não só sobre esses artigos, mas sim sobre o artigo 126.º da Constituição que diz o seguinte:

«Categoria de Tribunais», atenção ao texto:

1. «Além do Tribunal Constitucional, existem as seguintes categorias de Tribunais:

a) O Supremo Tribunal de Justiça e o Tribunal de Primeira Instância, o Tribunal Regional e os Tribunais Distritais;

b) O Tribunal de Contas».

No meu entender o TC deveria ser o primeiro a ser constituído. Cheguei a seguinte conclusão; não fomos nós quem inventamos a roda, ela já existia, só estamos a aplicá-la. Queremos participar dando o nosso melhor, estamos a participar dando o nosso melhor e também pediria a todos que também contribuíssem.

A lei foi discutida na especialidade, a oposição optou por um *black out*, não disse absolutamente nada. Portanto, temos a maioria e temos a responsabilidade com este povo, temos que fazer avançar o País, é só isso que pedimos e muito obrigado Sr. Presidente.

Aplauso da ADI.

Ao contrário de ontem termos ouvido aqui que não foi veto, mas temos aqui o veto, caso queiram posso facilitar uma cópia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Presidente, se venho de novo a este pódio para falar é porque começou-se hoje a falar outra vez sobre o TC. E gostaria de esclarecer aqui que o TC está a funcionar, funcionou muito bem para alguns durante as presidenciais.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — É verdade.

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Se o Sr. Juiz José Bandeira tivesse sido reeleito não teria tanta corrida para poder criar o TC.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Muito bem.

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Estamos a falar de um país que não tem meios, que não tem recursos. Ainda ontem ouvimos dizer que o Sr. Presidente da República decidiu adiar as eleições autárquicas, porque não há dinheiro, então temos que ser coerentes. Não há dinheiro para se realizar eleições que está prevista na Constituição e há dinheiro para se criar um novo TC.

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD.

Estamos a referirmos, e o Sr. Deputado que me antecedeu referiu ao artigo 126.º da Constituição fazendo referência a criação de vários tribunais. Se é assim tão necessário, se o TC já está a funcionar, se temos dinheiro para criar outros tribunais, porque não criamos o Tribunal Regional do Príncipe, Príncipe não tem tribunal, porque não criamos tribunais distritais, porque estamos tão preocupados com o TC?

Murmúrios.

E é isso que tem que ser dito

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Vocês estão muitos preocupados...

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI) — Vocês é que estão preocupados com TC.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — ...muitos preocupados. Quando não há meios para abastecer o Hospital, há falta de medicamentos no Hospital, as pessoas estão a morrer no Hospital por falta de medicamentos, quando não há verba para pagar o GIME que está a fazer um bom trabalho na nossa sociedade, quando não há verba para se poder dar bolsa de estudo aos estudantes. Está-se preocupado com a criação de um novo TC, esse já não funciona, já não é do interesse dos outros?

Vamos reflectir sobre o país real que temos que é São Tomé e Príncipe, sobre as condições que temos. Um país que toda a gente reconhece que não tem meios, então vamos tentar gerir bem aquilo que existe.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Povo de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Uma Voz: — Também povo pequeno.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sim, não tenho vergonha de dizer povo pequeno, eu assumo.

Uma Voz: — Diz povo pequeno quanto que você ganha.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — É bom que o País possa desmistificar alguns assuntos. Conhecemos quem é quem. Com o devido respeito que tenho para com as Sras. e Srs. Deputados há políticos que faltam com a verdade, para vos dizer que nós do ADI não estamos a criar novo TC, não estamos a criar coisa nova, o Tribunal já existe e está na Constituição é a Constituição que criou o Tribunal.

O que acontece é que este TC, ou melhor o Supremo Tribunal de Justiça acumula as funções do TC, o que a ADI está a fazer,...

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD). — E funciona bem.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — ... é a separação deste TC e o Supremo Tribunal de Justiça, apenas e somente isso.

E se recorremos a Constituição, como disse e muito bem o Sr. Deputado Idalécio Quaresma, Líder Parlamentar da ADI, que citou cá os artigos todos, podemos começar desde o artigo 126.º, 131.º do TC, ponto 1 e 2 quer a composição, quer a competência o 156.º que estabelece a forma como esse Tribunal funciona.

O ADI não está a inventar a roda, o Tribunal já existe, o que estamos a fazer é aprovação de uma lei para permitir que esse serviço possa funcionar de forma autónoma, dentro do parâmetro constitucional.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Aqui em Bombom, nada.

Risos.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — As despesas com a instalação do TC não põem em causa a construção de estrada, o fornecimento de energia, o abastecimento de água, os serviços hospitalares, os serviços de saúde, o projecto do empreendedorismo jovem, em suma,...

O Sr. **Presidente**: — Só um momento Sr. Deputado. Sr. Deputado Vasco Guiva, alguém está a intervir e fica muito mal estar a interromper a pessoa em plena intervenção.

Uma Voz: — É regimental.

O Sr. **Presidente**: — Regimental, mas com alguma condição, a gritar?

A pessoa está a intervir e está-se a gritar, não pode. Fala normalmente, mas não é preciso gritar, pode fazer surucucu, mas não a ponto de interromper o outro que está a intervir. Se for assim isso deixa de ser parlamento.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Em suma, as despesas com a instalação do TC não põe em causa a administração pública e o bom funcionamento da nossa administração.

Uma Voz: — Põe.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — E para vos dizer ainda que a instalação do TC é uma questão de estado e assunto de estado deve ser discutido com urbanidade e elevação, com propostas credíveis, que convença o povo. O Partido ADI que está no poder e suporta o governo tem as suas propostas, se a oposição acha que tem melhor proposta que convença o povo, o povo no seu devido momento julgará, que apresente-as cá.

Ruídos.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, povo de São Tomé e Príncipe, a instalação do TC é uma ferramenta no cumprimento também da própria Constituição que nós, representantes do povo juramos cumprir.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, permita-me saúda-los a todos.

Venho cá hoje fazer uso de palavra nesta sessão porque a situação do nosso país está deveras preocupante. Ontem os partidos com e sem assento parlamentar, preocupados com a situação que vivemos decidiram reunir-se no Hotel Pestana para reflectirmos um pouco sobre a situação do País

Reflectirmos, porque nós temos apresentado, quer nesta Augusta Assembleia, quer fora dela, as nossas reivindicações, com a situação que se tem vivido no País e parece que a palavra é mesmo essa: os cães ladram e caravana passa.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — É sua, é sua expressão.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — É mesmo essa.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Não é a primeira vez que o senhor usa.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — E continua sendo, continua sendo, continua sendo. Senhor Presidente,

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, só um momento, só um momento....

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — ...Nós reunimos...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, Sr. Deputado, dois segundos! Eu já fiz aí uma intervenção, no sentido de apelar, quando alguém está a intervir para não haver interrupção. Por favor, vamos obedecer a isto e continuarmos. O Sr. Deputado pode continuar.

Risos e Murmúrios.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Muito obrigado Sr. Presidente.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Rádio não está a passar, já cortaram.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado pode continuar.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Se a Rádio não está a passar, não posso continuar, Sr. Presidente.

Murmúrios

...É democracia.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Está a desafiar-nos. Ou como é que é?

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Não! Não, esta é que democracia, esta é que é democracia.

Murmúrios.

Não foram vocês que criaram.

Uma voz: — Parece que há interferência...

O Sr. **Presidente:** — ... está interferir na Rádio Nacional e também aqui no sistema Sisaudio. É uma interferência externa ao nosso sistema e a nossa Rádio Nacional.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI):— Voz de América entrou?

O Sr. **Presidente:** — Eu não sei, vou tentar saber, rapidamente.

Está tudo a postos. Quer dizer: A Rádio Nacional está a funcionar e também o sistema áudio está sendo gravado aqui, internamente. Portanto, neste sentido, nós podemos continuar o nosso trabalho.

Tem a palavra, o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, apenas para ver a questão de tempo. Porque, quando começou a falar o meu Líder, tínhamos mais do que 10 minutos e o que ele falou e que não passou não pode ser descontado no tempo. Tem que repor o tempo, porque tínhamos cerca de 12 ou 13 minutos.

Protestos.

Tem que repor o tempo. Tem que repor o tempo do nosso grupo parlamentar. O tempo que o meu Líder falou não pode contar. Muito obrigado.

Murmúrios e contestações

...Não podem acusar o Deputado, porque ele contou. O que eu estou a dizer, Sr. Presidente, é o seguinte: o Deputado em causa, marcou o tempo que o Deputado estava a intervir, ele tinha que fazer. Agora, o que acontece?

Eu estou a dizer que esse tempo não pode contar. É o que eu estou a dizer. Tem que voltar para trás. Porque, quando o meu Líder falou a coisa não estava a passar. Eu só estou a dizer que o tempo tem que voltar para trás. Tem que repor o nosso tempo. É só isso.

O Sr. **Presidente:** Bom. Sr. Deputado Jorge Amado pode intervir, porque já fui informado que está tudo a postos no sentido da nossa intervenção poder ser ouvida e tudo mais.

Murmúrios

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado tem a palavra, por favor.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados: Tendo sido interrompido, portanto, por motivo de força maior, eis que retomo a minha intervenção. Como dizia, os Partidos com assento parlamentar e sem assento parlamentar, partidos de oposição, reuniram-se ontem, no Hotel Pestana, para analisarmos a questão, o problema do País.

Portanto, poderíamos até ter convidado o ADI para participar. É claro, também é um partido do País e nós não temos nada contra o ADI. Queríamos ter a participação de todos, porque o problema preocupa...

Vozes: — Não está a Passar.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Não está a passar? Posso continuar? Meu tempo tem que estar parado. Ok. Mais uma vez, obrigado Sr. Presidente. Posso continuar Sr. Presidente?

Ora, o nosso encontro tinha a ver com a situação.

Murmúrios.

Tanta gente a interromper pá. Com a situação actual que vive o nosso país. É do conhecimento de todos e aliás, nós, várias vezes, apresentamos quer às entidades internacionais, nacionais, portanto, da cabala que está sendo montada no sentido de levar avante uma grande fraude eleitoral. Esta questão nos preocupa desde que se começou o recenseamento de raiz e que se verificou enormes anomalias, foram chamadas atenção, mas não houve nenhuma alteração.

Como não bastasse, decidiu-se, portanto, criar de raiz um Tribunal Constitucional. Tribunal Constitucional que se pretende criar, para nós, até não tem grandes preocupações. A maior preocupação está em formas que violam a nossa Constituição, quando se fala na nomeação dos juizes para esse Tribunal. Quer-se criar um Tribunal, onde os juizes todos, e quase todos, sejam de um único partido político.

A criação da Comissão Eleitoral Nacional é outra questão que colocamos sobre a mesa, porque nos preocupa bastante. Não estamos ainda no fórum da discussão desta Lei, mas devo dizer que é uma Lei que também viola flagrantemente a Constituição do nosso país.

Outro problema que nos preocupa bastante é a criação de milícia, de uma milícia que está sendo treinada, especialmente para poder, portanto, fazer a guarda do Sr. Primeiro-Ministro. Esta milícia preocupa-nos porque encontra ainda no nosso território nacional a tropa ruandesa que veio, segundo diz-se com o objectivo de dar algum treino à tropa nacional e que, podemos dizer que, continuam ainda no nosso país. Quer dizer que temos terroristas dentro do nosso país.

Risos.

Temos terroristas dentro do nosso país.

Ora, isso tem tanta preocupação quando toda esta armação que está sendo preparada para as eleições, uma vez que não se aprovou ainda essas leis todas, viu-se que não há condições para realizar as eleições autárquicas e regionais, porque não há ainda espaço preparado para grande fraude. Então, decidiu-se por adiamento das eleições autárquicas e regional.

Chamou-nos o Sr. Presidente da República para nos informar de que iria adiar, portanto, a marcação das eleições. Quanto à nos, pensamos que o Presidente da República deve apenas fazer cumprir a lei e a lei diz que o Presidente convoca os Partidos Políticos para marcar as eleições e não para desmarcar as eleições.

Risos.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como não ficar preocupado com a situação que se vive em São Tomé? O medo tem tomado conta da nossa população.

Uma voz: — Não é verdade! Não é verdade.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Como não tomar em consideração isto? Quando, claramente, na rede social, aparece um indivíduo, devidamente identificado, anunciando de que foi convidado, aliás, participou numa organização de golpe de estado, em 2003, orquestrado por actual Primeiro-Ministro?

Murmúrios.

Como é que podemos convier com uma situação desta? Como é que podemos conviver com uma situação? Quando, de cara aberta, a olho nu, aparece um indivíduo a dizer de que o Sr. Primeiro-Ministro teria ordenado o assassinato do Presidente Manuel Pinto da Costa?

Murmúrios.

Como é que podemos convier com isto? E como é que as pessoas não ficam com medo? Como é que podemos convier com esta situação, quando abertamente, publicamente, aparece alguém a dizer de que foi convidado para assassinar o Presidente Fradique de Menezes?

Uma voz: — Credo!

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Com é que podemos conviver com isto?

Como é que podemos conviver com o facto, de que publicamente e abertamente, aparece alguém a dizer de que foi convidado para matar Óscar Sousa? Como é que podemos conviver com isto?

Vozes da ADI: — Xiê...

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Os senhores estão a dizer, «xiê»? Está na rede social! O indivíduo está identificado, com o nome, a cara e tudo e era dos maiores amigos do Patrice Trovoada, e toda a gente sabia!

E o senhor está ali e que foi do Búfalo, sabe também, porque eram sócios!

Risos e aplausos do MLSTP/PSD

Eram sócios!...E ele diz que o Búfalo foi desmantelado pelo Patrice Trovoada depois de perceber que atingiu o seu objectivo de tomar conta de São Tomé e Príncipe. O rei, o rei apareceu!

Risos.

Portanto, como é que o povo vai conviver com isto? E nós perguntamos: o que faz o nosso Tribunal? O que faz a Procuradoria-Geral da República? Chegámos já à conclusão do que é que está na base, apesar de considerarmos todos, ontem, sendo pacífico as leis que nós votámos, mas a transformação da Polícia de Investigação Criminal, para PIC tem o objectivo...

Voz da ADI: — Muito bem! Muito bem!...

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): ...Aliás, para a Polícia Judiciária, Polícia Judiciária, tem como objectivo de orquestrar o mecanismo para proteger, portanto, as pessoas que estão envolvidas nesses tipos de acção. Porque uma verdadeira Polícia estaria, neste momento, a investigar todos esses factos aqui apontados.

Mas, como é que podemos conviver num país, onde temos um Primeiro-Ministro completamente descredibilizado

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Por senhor?

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Completamente descredibilizado!

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Por quem?

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Descredibilizado por aquilo que estamos assistindo na rede social e está sendo dito publicamente.

Independentemente disso, os senhores sabem perfeitamente que existe um livro, escrito por um escritor nigeriano que aponta o Primeiro-Ministro como o mentor de golpe de estado de 2003.

Murmúrios do Grupo Parlamentar do ADI.

Portanto, estes assuntos têm que ser esclarecidos, têm que se esclarecidos. Porque, o que se está a montar agora com as eleições, caso não surtir efeito, então haverá sim realmente, parece-me é isto que está a ser orquestrado, com as tropas estrangeiras, para haver banho de sangue nesse país!

Murmúrios do ADI.

...É isso que está orquestrado, para haver banho de sangue nesse país! É preciso alertar a comunidade nacional, a comunidade internacional, porque o País está em perigo!...

Aplausos do MLSTP/PSD.

...A democracia está em perigo, o País está em perigo! E os Srs. Deputados sabem disto. Que o país está em perigo, a Democracia está em perigo!

Murmúrios do ADI

...Por essa razão, os senhores,... eu sei que o ADI, é evidente, também tem muitos..., aliás, quase todos os Deputados do ADI têm medo. Têm medo. Estão ligados a um Chip, têm medo...

Murmúrios do ADI.

...Estão ligados a um Chip. Têm medo. Quando o Chip carrega, têm que dizer aquilo que não vem da boca! Mas quando estão no corredor, dizem que têm medo. Têm medo de Patrice Trovada! Têm medo.

Murmúrios do ADI.

...Vocês estão cá para defender o povo. Então, põem de lado o medo. Põem o medo de lado e enfrenta a realidade. Defende o povo contra toda esta cabala que tem estado aí.

O Sr. **Presidente:** — Chamo para uma intervenção, a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI) — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia. Eu peço a palavra para contrariar algumas intervenções que foram ditas aqui nesta Augusta Assembleia.

Murmúrios

...Bom, Eu devo dizer que ouvi aqui nesta Sala, que o Hospital Central está mal, que se vai criar o Tribunal Constitucional, porque o Hospital Central está mal! Não se pode criar Tribunal Constitucional, porque não sei, porque isto é aquilo.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — E é mentira?

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Eu estou no uso da palavra!
Quando senhor interveio, eu não respondi, nem interrompi!. Vamos respeitar uns aos outros.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Eu ainda não falei!

A Sra. **Alda Ramos**: — ...O senhor é maduro suficiente para respeitar!

O Sr. **Jorge Bondoso** (ADI): — Não tem educação de berço, não tem nada

A Sra. **Alda Ramos** (ADI):— Portanto, eu devo dizer que eu já estive em conversa com alguns utentes, que estiveram internados no Hospital e que elogiaram bastante os serviços hospitalares. E nem sequer são pessoas do ADI.

O senhor até ficou tão admirado, um deles ficou tão admirado, que aquando dizem que o Hospital Central está mal, ele ficou muito admirado.

Não é verdade! O senhor esteve...

Uma voz: — Oh !

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Eu estou a dizer, aquilo que ouvi, assisti e testemunhei. Eu não tenho necessidade, com idade que eu tenho, de chegar aqui e mentir! Eu estou a dizer...eu sei...

Murmúrios do MLSTP/PSD.

...o senhor sabe, eu estive lá. Não é porque um passou mal, ou não foi atendido que todos não foram atendidos.

Se for o problema de os profissionais do Hospital não darem atenção devida, não exercerem como deve ser,...isto está em todo lado! Não é só Hospital Central que tem essa falha!

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — É normal?

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Em qualquer serviço de Administração Pública tem falha!

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — ADI?

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — A falha é humana. As pessoas falham, porque não têm aquela vocação, não querem ou querem fazer de má-fé. Não é porque o Hospital também está tão mal assim!

O senhor disse, «Eu estive internado com AVC e eu fui bem atendido, que inclusive eu admiro quando as pessoas dizem: está mal!»

Uma voz: — Muito bem, muito bem.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Não é por este estar mal, ou aquele estar mal é que todo está mal. Eu sei. Eu estive no Hospital, eu fui visitar aquele Deputado. O Sr. Deputado disse, ontem, que recebeu visita, recebeu apoio de alguns Deputados e eu estive lá. Não é por Sr. Deputado ter sido mal atendido é que todos também foram mal atendidos!

Portanto, é preciso saber separar as coisas. Não vamos estar aqui a enganar o povo, o povo sabe. O povo sabe! Agora, criação do Tribunal Constitucional, criação do Tribunal Constitucional, ou seja; já existe Tribunal Constitucional, vão separar do Tribunal Supremo da Justiça é normal. O Governo é responsável, ele tem a responsabilidade com este povo, tem. O povo elegeu este partido, elegeu este Governo, porque acredita nele e se acreditou, então o Governo tem a responsabilidade de atender as preocupações do povo.

Aplausos do ADI.

...Portanto, é necessário fazer política

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Arroz está 30 contos! 30 mil.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Não vale apenas estarmos aqui. Somos representantes do povo e nós não podemos estar a falar em nome do povo em vão. O povo não é boneco! O que eu gostaria de dizer, e também chamar atenção, eu espero que o povo esteja em casa a nos ouvir. Vamos evitar esta conversa, vamos evitar esta intervenção de sangue, de banho de sangue, não sei quê.

Não é isto. Este Governo é responsável. O povo elegeu, porque confiou. Se o povo confiou, então o Governo saberá dar resposta às preocupações deste povo. Não vale apenas estar aí a dizer e a comprometer as nossas cooperações. Isso não fica bem é triste. O povo saberá julgar!

Aplausos ADI.

Muito obrigada Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Chamo para uma intervenção, o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves**. (PCD): — Mas antes, uma interpelação à Mesa...

O Sr. **Presidente**: — Faz favor, tem a palavra o Sr. Deputado.

O Sr. **Delfim Neves**. (PCD): — Muito obrigado Sr. Presidente. Eu espero que a Mesa saiba conduzir os trabalhos, porque a Mesa tem que ser imparcial.

A Sra. **Beatriz Azevedo**: — Árbitro!

O Sr. **Delfim Neves**. (PCD): — É um árbitro, obrigado pela ajuda. Deve conduzir os trabalhos, como deve ser. O que nós temos estado a assistir aqui, é que a Mesa tem sido parcial: Quando são os grupos parlamentares de oposição a sussurrar, a fazer barulho, o senhor chama a atenção, quando é do grupo parlamentar do poder o senhor fica assistindo, impávido e sereno, como se fosse normal.

Uma voz: — Não é verdade.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Eu estou cá, eu estou cá. Eu não estou ausente, estou a assistir e não sou daqueles que interrompo ninguém quando está a intervir. Não é verdade. É apenas para chamar atenção.

Muito obrigado Sr. Presidente, o tempo é curto, não dá para saudar toda gente, bom-dia a todos.

É assim, alguém que interveio aqui disse que ia trazer um assunto de grande importância e relevante para o País e falou do Tribunal Constitucional, eu agradeço.

No entanto, o que nós temos estado aqui a assistir é exactamente o que alguém dizia: «Estamos a atirar poeira aos olhos do povo». Ninguém está aqui a dizer que o Tribunal Constitucional não está constituído. Ninguém está aqui a dizer que não é normal ter um Tribunal Constitucional separado do Tribunal Supremo. O que se está aqui a dizer é a forma como os senhores querem compor este Tribunal. Que é uma forma antidemocrática.

Uma voz: — Qual foi a proposta?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD):— O Senhor sabe qual foi a proposta da Comissão! E que os senhores violaram; alteraram todo o parecer que foi feito pelo relator e fez-se um parágrafo. Porque o relator era da oposição. E fui eu, eu estou a assumir aquilo que eu estou a dizer.

Vir dizer ao povo que não se está a constituir um Tribunal Constitucional que será só de um partido é enganar o povo. Então, se os senhores põem no artigo 12.º que é eleição a duas voltas, num primeiro momento, tomariam dois terços. Ok. Estamos de acordo. E no segundo tempo, só com maioria.

Os senhores próprios podem chumbar os candidatos de outros partidos. Os senhores têm maioria, sem os senhores, não há dois terços, sem os senhores, não há dois terços! Então, tudo vai depender da vossa boa vontade: querendo, tudo bem! Não querendo, fica só convosco. Isso é que é antidemocrático. Isto não pode acontecer. E, se o Tribunal Constitucional está a funcionar e bem, como alguém dizia aqui, em 2016, funcionou muito bem, o que é que alterou agora?

A minha pergunta é essa e a minha preocupação mais profunda é essa. Se vem funcionando bem, em termos de conteúdo de trabalho não tem qualquer importância para nós estarmos a constituir um Tribunal separado do Tribunal Supremo. Mas, são opções!

Aplausos do ADI.

...Mas já que está a fazer esta opção, tem que ser no mínimo, coerentes! Dentro da consciência democrática. Aquilo que os senhores estão a fazer, é dar uma machadada à nossa democracia, que custou

muito a algumas pessoas, não todas! Mas uma maioria da população e isso é muito importante ter em conta. E pior disso, é que alguém aqui citou o artigo 134.º, 126.º, 127.º, como se fosse algo novo, mas não citou o mais importante.

Uma voz: — Qual é o mais importante?

E O Sr. **Delfim Neves** (PCD):— Está a falar da categoria dos Tribunais. Então, falou do artigo 127.º, o que é que diz o artigo 127.º da Constituição? E o que é que os senhores puseram no artigo 4.º da vossa iniciativa? «Que o Tribunal Constitucional tem a supremacia perante todos os outros Tribunais», quando o Tribunal Supremo é o único Tribunal mais alto da Nação. Está aqui na Constituição, no artigo 127.º.

Uma voz: — Faz-se relação a todos!...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Em relação a todos os outros Tribunais! Se quer que eu leia. Eu vou ler...

Murmúrios do ADI.

Eu vou ler, eu vou ler, não há dúvida nenhuma! Não se preocupem!
Artigo 127.º- Supremo Tribunal de Justiça no título.

Uma voz: — Vou ler.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD):— Eu é que estou a falar, eu é que devo ler.
Desculpe. Eu aprendi isto. Obrigado.
O Supremo Tribunal de Justiça é a Instância Judicial Suprema!...

Uma voz: — De quê?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Da República, e cabe velar pela harmonia da jurisprudência,

Vozes do ADI:— Muito bem!...

Aplausos do ADI.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD):— O que é que isto quer dizer? O que é que isto quer dizer?
Atenção, atenção! É a Instância Judicial Suprema da República.

Uma voz: — Não! Em relação a quem? Murmúrios

O Sr. **Delfim Neves** (PCD):— Os senhores, querem fazer, têm maioria, podem, mandem.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Chama atenção ao Grupo Parlamentar do ADI.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Eu chamei atenção ao Sr. Presidente antes, mas pronto, infelizmente, a coisa funciona assim.

Bom! Aí também para repor a verdade. Aquilo que veio cá alguém dizer do veto Presidencial não altera em nada aquilo que eu disse ontem. Porque aquilo que foi dito, ontem, aqui é que, em 2003, o Presidente da República vetou a iniciativa, ou a Lei da Revisão Constitucional. Não é o caso! E alguém veio dizer que foi em 2010. Logo, não é a mesma coisa que eu disse aqui. São coisas completamente diferentes.

O que se estava a falar é de 2003, que o Presidente vetou a Lei da Revisão Constitucional e dissolveu a Assembleia. Não tem nada a ver com a iniciativa de 2007 e foi vetada em 2010. Muito obrigado.

Aplausos

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, o seu tempo excedeu, mas eu deixei falar.

Mais uma vez, peço encarecidamente alguns Deputados. Não sei se é fruto de alguma juventude, para não excederem francamente, ou a tendência e a forma de se comportar. Eu não tenho paciência para esse tipo de coisas.

Contestações.

Eu bem disse, alguns Deputados. Eu não estou a dizer todos. Eu não sei se é fruto de alguma juventude, exaltados que são; e de quando em vez disparam coisas que eu não gosto de ouvir.

É só isto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Esmael do Espírito Santo.

O Sr. **Esmael da Glória** (ADI): — Muito obrigado Sr. Presidente, Só gostaria primeiro começar com um grande provérbio latino, dizendo o seguinte: «*Nil iolan in sub solê*».

Risos.

...Nós não inventamos nada! Não há nada de novo, debaixo do céu.

Risos.

...O que os Srs. Deputados hoje recusam é o que prevê a Constituição, no seu artigo 133.^o e o Tribunal Constitucional tem a sua competência, o Tribunal Constitucional também tem as suas normas que o rege.

Quero dizer hoje aos caros Deputados que hoje se dizem que nós estamos a contar com os Tribunais Constitucionais para ganharmos eleições, os senhores estão a mentir. Porque nós só contamos com votos do povo, nós só contamos...

Aplausos do ADI.

...Nós só contamos com o nosso trabalho. Este que o povo está a ver.

Uma voz: — Sim senhor!

O Sr. **Esmael da Glória** (ADI): — Quero voltar a dizer aos caros Srs. Deputados, eu não trago nada de novo aqui. Só quero dizer que todos os órgãos têm as suas regras que os regem e para dizer-vos que, quando nós criamos novas polícias e enquadrámos nas fileiras dos polícias, não são polícias do ADI. São polícias ao serviço do Estado, ao serviço da Nação e em prol da democracia.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Muito bem!

Aplausos.

O Sr. **Esmael da Glória** (ADI): — Quando, novos militares vão à parada não são militares do ADI, são militares ao serviço da Nação, ao bem de São Tomé e Príncipe.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Muito bem Aplausos.

O Sr. **Esmael da Glória** (ADI): — Obrigado Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Tem a Palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa. Senhores, Sr. Ministro, bom dia. Eu tomo palavra para repudiar a atitude do Governo que, perante à Comunicação Social, diz que nós estamos numa altura de contensão, contensão de financiamento, onde essa contensão atingiu até a estrada que faz ligação estrada cemitério de Angolares.

Tinha um financiamento para a conclusão dessa estrada e sofreu cortes, por causa da verba: um bilião duzentos e cinquenta milhões. Nós temos dentro do Ministério da Saúde, no Centro Hospitalar, a aquisição de equipamentos e materiais para manutenção do Banco de Urgência, com o valor de 7 mil milhões que também já não existe, por causa do financiamento. Se nós vamos ver o Orçamento Rectificativo, aqui aprovado nessa Casa Parlamentar, pela maioria dos Deputados do Partido ADI, nós vemos que há coisas que não batem.

Porque um Primeiro-Ministro que diz que tudo tem que haver cortes, onde o Primeiro-Ministro diz que mesmo aquela torneira que tem estado a pingar, que ele ia fechar, de forma que não pingasse mais, trazendo para a Assembleia Nacional a aprovação do Tribunal Constitucional. Eu gostaria de dizer ao Sr. Primeiro-Ministro e aos Srs. Deputados que com esse valor que conseguiram por, porque no primeiro Orçamento, que foi aprovado, não estava inscrito o Tribunal Constitucional, nem financiamento. Gostaria de perguntar, de onde veio a verba para separação do Tribunal e criar Tribunal Constitucional?

Queria dizer ao Sr. Primeiro-Ministro, que há muitas coisas, muitos problemas que devem ser resolvidos, mesmo com esse valor que foi colocado no Orçamento para criação do Tribunal Constitucional, dizer que criem os serviços, a direcção em cada Distrito.

Sou prova concreta, tenho muitas informações ligadas às mulheres que fizeram as suas queixas aqui no Ministério Público, onde, mensalmente, têm que vir pegar seiscentas mil dobras para sustento dos seus filhos. Com esse valor, Sr. Primeiro-ministro, Srs. Deputados, mesmos aqueles que são Deputados do Distrito de Caué, fazem esse apelo, nós temos algumas infra-estruturas dentro da Cidade de Angolares, nomeadamente, a residência em que viviam os médicos da Assistência Médica Internacional, temos uma infra-estrutura que também está abandonada, onde enfermeiros e que está abandonada, nós temos um apartamento, na Cidade de Angolares, onde estava a Polícia Distrital, depois do Comando reabilitado, então este apartamento está... se há verba para criação de Tribunal Constitucional,.. essa verba... Tribunal Constitucional não é prioridade nesse momento, não é prioridade nesse momento.

Por isso, há serviços que devem ser feitos dentro de São Tomé e Príncipe, porque São Tomé e Príncipe não é só Água Grande. Então, descentralizemos as coisas quando há verba. Façamos as coisas chegarem às pessoas que têm mais necessidade de deslocar. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Bondoso.

O Sr. **Jorge Bondoso** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Há deputadas, deputados, aqui nesta Augusta Assembleia que de vez enquanto fazem vergonha, as pessoas deveriam ter um pouco de carácter, um pouco de consciência, um pouco de humildade para com esse povo.

Se a pessoa vem reclamar que o hospital não tem medicamento, não tem água, mas o murro do *CKADO* quando caiu a pessoa foi beneficiada com 200 e tal mil euros para fazer cercado porque na altura não disse o governo que não precisa e que esse dinheiro deveria ser encaminhado para o hospital para comprar o medicamento.

Aplauso da ADI.

É uma ajuda, se é amigo do povo.

Na altura em que a pessoa foi a Primeira-Ministra, o país sofreu um golpe de estado e foi beneficiada com uma prédio rés de chão porque não disse na altura que o hospital está precisar de medicamento e foi membro de governo, ministra, foi grande dirigente deste país.

Sabemos que há deputados aqui que usam esse pátio para vender maspombo em busca de voto.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Cabeça vai abrir esse rapaz.

O Sr. **Jorge Bondoso** (ADI): — Cabeça vai abrir Sr. Deputado, minha cabeça não vai abrir porque não tenho dívida, não devo ninguém.

Sr. Presidente, quero deixar uma mensagem aqui muito clara.

Sei que talvez na próxima legislatura não estarei na lista do meu partido, mas posso muitas vezes estar em cas e gostaria de aprender muita coisa na política. Estou na política desde 1990, 1991, 1992 que entrei na ADI. Quando digo entrei na política é quando apareceu o Sr. Miguel Trovoada, depois em 1992 apareceu a ADI, foi o primeiro partido político onde fiz a carreira política. Espero que as pessoas que forem eleitas façam um bom trabalho como deputado, como disse aqui o Sr. Deputado Delfim Neves, não vir aqui fazer fiasco para o povo estar lá em casa,... muitas vezes as pessoas fazem as coisas aqui depois lá fora começa a criticar.

Um deputado está no uso da palavra o outro liga microfone faz barrulho, isso não pode ser.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, quero fazer uma intervenção na base do artigo 103.^o.

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputada, em princípio este artigo tem a ver com ofensa a honra.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sim, 103.^o.

O Sr. **Presidente**: — A Sra. Deputada acha ter sido ofendida em sua honra?

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Única mulher que foi Primeira-Ministra que sofreu golpe de estado fui eu.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — A verdade é como azeite, ela sempre vem ao de cima. Maria das Neves enquanto Primeira-Ministra residia na casa própria que ela comprou, não é como os outros Primeiros-Ministros que têm casa de 5000 dólares e não pagam nada.

A minha residência foi destruída pelos Búfalos, pelos golpistas que hoje a verdade já começa vir ao de cima, já se sabe até quem mandou organizar o golpe de estado.

E o que fizeram foi repor a residência que foi vandalizada, nem foi Maria das Neves que mandou fazer.

Sr. Deputado que me antecedeu e que disse muita asneira. O murro do *CKADO* foi destruído quando estavam a construir o mercado e era obrigação do governo repor o murro, não viram como é que está a estrada.

Se falaram para mim estão enganados porque Maria das Neves não estava no governo, não recebeu nenhum tostão e é necessário que falem a verdade.

O Sr. **Adilson Managem** (ADI): — A Senhor a respondeu porquê?

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Quando os senhores falaram eu não respondi.

Gostaria de dizer que São Tomé poderoso é Deus vivo, todos aqueles que desejam mal aos outros peço a Deus que lhes dê o dobro.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados.

Uma Voz: — Hoje é último dia de reunião.

O Sr. **Presidente**: — Mas isso não pode reverter num pacto de barrulho, convenhamos.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Já que querem barrulho vamos para barrulho.

O Sr. **Presidente**: — Não é nada disso. Não vou deixar as coisas resvalarem a ponto de haver barrulho aqui dentro, ponto final

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente me dá quantos minutos?

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Ele não tem tempo.

O Sr. **Presidente**: — Se não tem tempo então não fala.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Mas está a chamar.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Estou interessado em falar, o Sr. Presidente me dá quantos minutos?

O Sr. **Presidente**: — Ao menos que alguém lhe dê minutos, não sou eu a dar.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Não, fiz uma pergunta. O Sr. Presidente me dá quantos minutos?

O Sr. **Presidente**: — Eu não dou. Peça a um grupo parlamentar que lhe dê tempo, não é o Presidente a dar.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Peço ADI 3 minutos.

Vozes da ADI: — Não, não.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, está a fazer isso de brincadeira, estamos numa coisa séria, se o grupo parlamentar não tem tempo o senhor está a chamar porquê.

O Sr. **Presidente**: — Porque está na lista. Quer dizer que nesses grupos parlamentar ninguém mais intervém.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Depende.

O Sr. **Presidente**: — Agora depende, depende de quê? Sr. Deputado depende de quê se ele não tem tempo?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Ele pode negociar depois.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Ah.

O Sr. **Presidente**: — Estou a sendo coerente com aquilo que o Sr. Deputado acabou de dizer agora. Se não tem tempo não fala, o grupo parlamentar se não tem tempo então considero que a lista está fechada.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Está a conduzir o trabalho como? A Mesa sabe que tem tempo ou não?

O Sr. **Presidente**: — Já sei que não tem tempo

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Então está a chamar porquê?

O Sr. **Presidente**: — Chamo porque está na lista para não virem com argumento depois dizer que embora não tenhamos tempo tal fulano deu-me tempo, isso é que não quero. Tem que haver alguma ordem no nosso trabalho ou peça agora ou não peça.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Exactamente.

Uma Voz: — Continua.

O Sr. **Presidente**: — Continuo a chamar, quem quiser intervir peça tempo agora. Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Guiva. Sr. Deputado só fala se lhe for cedido o tempo de outro grupo parlamentar.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Quero pedir 2 minutos ao Grupo Parlamentar da ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem que falar com ordem.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Senhor deu palavra ele fala

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Delfim Neves, vamos apaziguar os ânimos.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Senhor dá-me palavra eu falo.

O Sr. **Presidente**: — Eu disse quem pediu palavra e já não tem tempo que peça a um grupo parlamentar.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não, não. Sr. Presidente está a dar palavra ele fala.

O Sr. **Presidente**: — Se ele não pediu não tem direito a falar.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente dá-me palavra sem tempo eu falo.

O Sr. **Presidente**: — Mas, coloquei uma condicionante.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Qual é?

O Sr. **Presidente**: — Tem que ser se um grupo parlamentar ceder tempo. Tem palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Penso que os trabalhos estão a decorrer,...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Isso é cobardia política, quer ser último a dar *show*.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — ... estão a decorrer muito bem, os dois grupos parlamentares da oposição esgotou o tempo, entretanto há dois grupos com tempo que são a da ADI e da UDD. Os nomes que estão dos deputados do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD e do PCD podem solicitar um dos grupos o tempo se quiserem. O Grupo Parlamentar da ADI não vai conceder tempo a nenhum outro grupo, que fique claro. Agora, é necessário que possamos todos estarmos unânimes se a UDD vai conceder tempo.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Você manda na UDD?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Daquilo que fui informado é que o grupo parlamentar do PCD,...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Você é porta-voz desses partidos?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Deputado Delfim Neves, quando o senhor fala pede silêncio e estou no uso da palavra, queira-me desculpar.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Você fala do seu grupo parlamentar e não do outro.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Fui informado que o Grupo Parlamentar do PCD solicitou o tempo ao deputado da UDD, sendo assim se o deputado da UDD transferiu os 3 minutos para o Grupo Parlamentar do PCD, só o PCD terá o uso da palavra. O MLSTP/PSD já não terá o uso da palavra.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — É lastimável aquilo que acabei de ouvir quando o deputado diz que fui informado. Por quem? Por alguém do PCD? Por alguém da UDD?

Que eu saiba o Sr. Deputado não é porta-voz da UDD nem do PCD. Se o senhor já disse claramente que a ADI não vai dar o seu tempo a ninguém, ponto final. Se eu estivesse na lista e o Sr. Presidente me chamar para intervir eu falava.

Uma Voz: — Violando o,... *Falou com o microfone desligado.*

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não é violar. Se o Presidente me chama, deu-me palavra, eu falo, mas é pena que não estou inscrito.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, lanço um apelo para uma certa calma, até agora as coisas estão a decorrer como deve ser, calmamente, não vejo o porquê dessa agitação toda. Aí que peço a todas e todos os Srs. Deputados para se conterem e comportarem de acordo com aquilo que nos é requisitado como deputado da Nação.

É com calma, abordando as questões de estado, o povo está a nos ouvir, devemos ter algumas intervenções que o povo que nos elegera merece ouvir.

Peço imensas desculpas a todos para serem mais atentos e ser mais consentâneos com aquilo que devemos fazer aqui. Discutir as questões de Estado, o que interessa o povo saber é precisamente isso.

É verdade que o PCD já não tem tempo, já não passarei a palavra, a menos que queira por subsídio de alguém pedir algum tempo para poder falar.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Queremos o tempo da ADI.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — ADI disse que não dá, pede UDD.

O Sr. **Presidente**: — Estava a acertar as agulhas, também é verdade que o PCD esgotou o tempo. Tinha inscrito o Sr. Deputado Danilson Cotú, mas esgotou o tempo e o Sr. Deputado não está neste momento, não estando ele não pode intervir.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não está, quando vier fala.

O Sr. **Presidente**: — Mas, fico a espera dele? O Presidente fica a espera até ele vier? Diga-me Sr. Deputado, tenho que esperar que o Deputado venha.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — O senhor não tem que esperar ninguém.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Começo com o semblante de sorriso, porque acho que a história é uma disciplina muito bonita e ela faz importantes registos. Se a câmara da televisão estivesse a transmitir a nossa sessão hoje acho que seria uma coisa bem bonita. Porque um dos Sr. Deputado que fez aqui uso de palavra atacou o Sr. Primeiro-Ministro, praticamente chamou nomes e o Sr. Primeiro-Ministro não está cá para defender, mas esse deputado esqueceu-se que em 2006 esse deputado fez parte de diferentes partidos políticos, por isso que estou a dizer que se a televisão estivesse a passar a imagem da Sala hoje poderíamos ver pessoas que estiveram na tribuna ao lado do Dr. Patrice Trovoada como candidato a Presidente da República, o mais alto cargo da Nação, em 2006. Por isso que estou a dizer que de facto a história é uma disciplina muito bonita.

O Sr. **Ivo Mendonça** (ADI): — Foram buscar dinheiro.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Realmente, explica por que razão lá estiveram, se a televisão estivesse a passar essa imagem hoje poderíamos ver, imagem em directo.

Por isso, a história é de facto uma disciplina muito bonita, o registo fica e nós depois passamos esse testemunho aos mais novos, é bonito isso.

Com relação ao TC que tanto se fala, gostaria de dizer a Sras. e Srs. Deputados, não estou a dar lição a ninguém, que o Sr. Presidente da República tem as suas atribuições, Assembleia Nacional também tem as suas, o Governo tem as suas e os Tribunais também tem as suas competências.

Dizer aqui que não há dinheiro para se constituir o TC como ele deve ser para mim acho que é uma brincadeira, porque a competência do Governo é criar condições financeiras para que as coisas funcionem, é competência do Governo, não é nossa competência, não são os deputados que vão dizer se há dinheiro ou não para se criar o TC.

O Sr. **Jorge Correia** (ADI): — Crie competências para realizar eleições.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Vou fazer de conta que não ouvi o senhor.

Risos.

Para dizer que de facto é uma falsa questão. Outra questão importante que devo dizer é o que a população está a perguntar hoje?

Porquê tanto barrulho a volta da questão do TC?

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Porque estão a formar batota lá.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Exactamente, as duas vezes que o MLSTP/PSD ganhou a eleição, em 1994 e 1998 estão a nos dizer agora que foi com batota. Como são especialista em batota estão com medo de batota, é isso que querem ouvir.

Aplausos da ADI.

Em 1994 estava convicto que o MLSTP/PSD, porque MLSTP, como sou professor de história tenho muito respeito, mas MLSTP/PSD ganhou eleições com batota, as pessoas têm que respeitar a vontade do povo. Se o povo deu o MLSTP/PSD vitória em 1994 é porque fez confiança no MLSTP/PSD, essa é que deveria ser a vossa reacção, dizer que o povo fez confiança em vocês.

Em 1998 quando voltaram a ganhar e temos aqui o ex-Primeiro-Ministro na sala, felizmente, então o povo fez confiança no MLSTP/PSD, temos que começar a ensinar as pessoas as coisas. Os mais novos que nos ouvem, também sou um deles e estou cá, temos que aprender com os mias velhos.

Se o povo deu confiança ao ADI é porque o povo de facto,...

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Será que deu?

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — ... fez fé na ADI, é isso que temos que ver e esperar, como democrata que dizem ser, esperar, eu pessoalmente espero que seja daqui a 10 ou 20 anos que o MLSTP/PSD ou PCD volte para o poder, têm que esperar.

Aplauso da ADI.

Que seja daqui a 20 anos, mas têm que esperar, precisam de esperar.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — E mudam de comportamento.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Exactamente, muito obrigado Sr. Deputado, precisam de mudar de comportamento. Vir para aqui insultar o Primeiro-Ministro de um país, temos que ter o respeito para com as pessoas, é o Primeiro-Ministro da República Democrática de São Tomé e Príncipe, é o Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, é o Presidente da Assembleia Nacional, são chefes dos órgãos de soberania, nós temos que respeitar essas pessoas. Se não respeitamos essas pessoas, amanhã se formos primeiro-ministro, presidente, também vão ter que aceitar que as pessoas nos insultam.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Nós quem.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Por isso, acho que as pessoas precisam de mudar de comportamento. Volto a dizer que o que me traz aqui é apenas um reparo, para dizer as pessoas TC sim.

As pessoas estão a perguntar, mas porquê tanta cólera, perdão por ter que usar essa expressão, porquê tanto medo, tanta febre com relação a TC.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Porque gente sabe que arroz de 30 conto não deu, Dubai não deu,...

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Podem ficar tranquilos que o TC não vai julgar, GGA, caso de arroz, porque o TC não é para julgar esses casos. Estou a ver as pessoas tão preocupadas pensando que TC vai julgar o caso de GGA.

Aplausos da ADI.

O caso GGA de facto é preciso que se retome, então devem ficar tranquilos,...

O Sr. **Presidente**: — Falta um interveniente do Grupo Parlamentar da ADI, mas não vejo o Sr. Deputado Danilson Cotú, não sei se vai fazer intervenção ou não,...

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Para dizer que na lista já não têm tempo e o que vou fazer é chamar o último interveniente e posto isso ninguém mais intervirá e passaríamos para outro capítulo. Estão de acordo?

Vozes: — Sim, sim.

Ruídos.

O Sr. **Presidente**: — ... não vejo o Sr. Deputado Danilson Cotú. Não sei se ele vai fazer intervenção ou não. Deixem-me falar por amor de Deus. Para dizer que na lista já não tem tempo. O que vou fazer é que vou chamar o último interveniente e depois disto ninguém intervirá e passaremos para outro capítulo. Está de acordo.

Uma Voz: — Quem é último afinal?

O Sr. **Presidente**: — Vou chamar agora. O que está na lista não tem tempo e nem está aqui na sala. E está mais de quinze a vinte minutos, estou a espera e nem sei se vai aparecer. Não vou ficar a espera dele. Eu chamo outro e ele não fala mais. Já disse.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Ele fala quando o outro acabar de falar.

O Sr. **Presidente**: — Não! Eu chamo outro e ele não fala mais. Sr. Deputado as regras são claras. Regra para um e é para todos. Ele tem que está aqui e tem que ter tempo para falar. O ADI tem tempo ainda. UDD tem tempo. A menos que o Deputado de UDD queira falar. Sr. Deputado não vamos polemizar em nada, Estou sendo claro na condução dos trabalhos e vou chamar o último interveniente. Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré. Depois da intervenção do Sr. Deputado Levy Nazaré ninguém mais falará.

Ruídos e murmúrios gerais.

Uma Voz de PCD: — Sr. Presidente, eu gostaria que apontasse em que artigo do regimento é que isso se encontra?

O Sr. **Presidente**: — PCD só tinha quatro inscritos, fiz tudo para vocês falarem de forma interpolada e deixando tempo para poderem interferir. O Regimento não diz se o Deputado não me estiver que eu tenho que esperar o Deputado vir. Isso não está no Regimento. Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré. Depois dessa intervenção não haverá mais ninguém a falar.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Homem está ultrapassado. Se o Sr. Deputado aparecer ele fala.

O Sr. **Presidente**: — Eu é que disse. Eu é que dito a regra do jogo. Sim-senhor. Eu é que estou a conduzir os trabalhos. A menos que o senhor vem sentar aqui.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — No artigo 93º diz as modalidades enquanto não está na sala o que se deve tomar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, veja o artigo 93 que diz como intervir na sala.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não tem nada a ver.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Eu trago dois assuntos. O primeiro é sobre a democracia e segundo tem a ver com o princípio de igualdade e princípio da liberdade consagrada na nossa Constituição. Sobre o primeiro assunto, mais uma vez fica claro perante a nação são-tomense e perante toda a comunidade internacional que no nosso país há democracia. A democracia está viva e está de parabéns. E eu digo isto porque temos até tanta democracia e temos que continuar e reforçar a nossa democracia porque ouvimos tantas irresponsabilidades hoje aqui, mas tantas irresponsabilidades por parte de alguns deputados que vêm demonstrar até a que nível democrático nós estamos. Ainda ontem a oposição apresentou algumas reivindicações, foi apresentada algumas propostas, algumas alterações no documento que nós que aprovamos aqui ontem e, essas propostas de lei que veio por parte do Governo foram bem recebidas quer por parte do Grupo Parlamentar maioritário do ADI quer por parte dos outros Grupos Parlamentares da oposição. Tanto mais que quando chegou o momento de votação houve votação por unanimidade. E todo povo acompanhou isso. Houve aqui propostas que houve votação por unanimidade. E eu quero dizer mais para todo povo ter atenção porque nas comissões não vai a televisão e nem a rádio mas mesmo nas comissões a oposição apresentou propostas acrescentou, melhorou e mesmo nas comissões especializadas houve votação por unanimidade. Sobre os diplomas que nós aprovamos aqui ontem por unanimidade e toda gente assistiu, sobre a segurança, sobre a criminalidade que todo mundo aqui fala e dá o seu contributo.

Há Deputado de todos os grupos parlamentares e mesmo do ADI que disseram e é verdade que há determinados assuntos que devemos nos pôr todos de mesma opinião, mesmo consenso porque é um assunto de interesse nacional. Há outros assuntos que não pode existir consenso e é normal na democracia. Mesmo numa família todos os elementos da família não estão de acordo sobre tudo. Por isso, quando não á consenso rege-se a regra da democracia. E é isso que nós temos feito e é isso que estamos a fazer. Mas oposição não está tão organizada assim, estão unidas assim. Ontem reuniram e um deputado disse aqui que todos os partidos da oposição com assento e sem assento reuniu-se para discutir alguns assuntos...

O Sr. **António Barros** (MLASTP/PSD): — De fraude que vocês estão a arrumar.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — ... e mais hoje aqui nós ouvimos Deputados da oposição com intervenções contrários. Uma intervenção disse que não é o momento para Tribunal Constitucional, não se precisa neste momento de Tribunal Constitucional, que há outros problemas de saúde, disto, disto, para Tribunal Constitucional. Outro Deputado da oposição chega aqui e diz não! Tribunal constitucional é preciso. É bom tribunal constitucional, precisa-se de Tribunal Constitucional, estão a contrariar mas o que estamos a discutir é a questão da votação dos deputados. Deputados estão a discutir é a forma da eleição dos juízes. Uns dizem que o Tribunal Constitucional não...

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Interpelação a Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o senhor está a fazer interpelação a Mesa verifica o artigo de interpelação, não é imediato. Darei a palavra depois.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — O Regimento está dito. A Mesa está a conduzir mal o trabalho e interpela-se a Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Então, lê o Regimento.

O Sr. **Abnildo de Oliveira** (ADI): — O Regimento não permite que um deputado interrompa o outro no uso da palavra.

A Sra. **Secretária**: — Vou ler o artigo 99 do Regimento. Evocação do Regimento e pergunta a Mesa. Ponto 1...

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Pergunta a Mesa? Não, é interpelação a Mesa.

Uma Voz de ADI: — Qual é o artigo?

A Sra. **Secretária**: — No seu ponto 1 diz que o deputado que pedir a palavra pata invocar o regimento indica a norma infringida com as condições estritamente indispensáveis para o efeito. Ponto 2 diz os

deputados podem interpelar a Mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos. Ponto 3 diz não há justificação nem discussão das perguntas dirigidas a Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, um esclarecimento que gostaria saber de si. Há um deputado que está a intervir. O senhor pede agora a interpelação a Mesa. Portanto, é uma pergunta que está a dirigir a Mesa.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Para melhorar a condução de trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Mas é uma pergunta que o senhor está a dirigir para mim. Mas não é para deputado que está a intervir. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — O Período Antes da Ordem do Dia para debates do Assunto do Interesse da Nação é um período em que o Deputado quando toma a palavra deve trazer algo novo e algo que seja realmente do interesse da nação. Não pode o Deputado tomar a palavra para estar a repetir aquilo que os outros disseram. Fazer um resumo daquilo que foi dito por outro deputado. Isso a lei não permite. Porque o Sr. Deputado Levy está a fazer resumo daquilo que foram ditos pelas pessoas por aí. E portanto apontando as coisas que as pessoas disseram. Ele que apresenta a sua opinião sobre o estado da nação ou sobre a forma como está o país, sobre aquilo que acha que tem que ser melhorado mas não vir responder os Deputados. Porque se ficar para último para responder os Deputados então isso aqui já não é parlamento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu só queria dizer o seguinte. Eu acho que nenhum deputado, ninguém deve ensinar o B, A, Ba a outro. Eu digo isto porquê? Porque já assistimos variadíssimas vezes aqui intervenções que eu tenho evitado de falar que transcende um pouco esse aspecto sobre o que está a dizer agora. Fazem intervenções contra um e outro e não gosto de interferir nisto. E agora se o deputado está a falar fazendo resumo ou não ele está a falar e vamos deixar, ouvir, o que é que tem a dizer.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Ele tem que evitar de repetir aquilo que os outros disseram.

O Sr. **Presidente**: — Eu peço encarecida de estarmos a interromper o outro e queremos que a sessão plenária seja como nós queremos.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Não é como nós queremos mas sim como a lei manda.

O Sr. **Presidente**: — A lei não manda assim. Então indica-me Regimento que diz aqui que quando o deputado está a intervir não pode fazer uso da palavra. Nós temos Regimento para isso.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Senhor tem três secretários. Peça os seus secretários para lhe ajudar. O senhor tem três Secretários de Mesa e eles estão aí para isto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Continuando, a lei que vai criar a PJ e dizer que a PIC é transformada em PJ para isto e para aquilo como nós ouvimos aqui. Essas irresponsabilidades e é de tamanha irresponsabilidade porque não é coerente. E eu já havia dito aqui nesta casa que a política é uma ciência. Porque ainda ontem aprovou-se a lei sobre PJ e foi por unanimidade. Todos deputados presentes em que votaram a favor e hoje vem dizer aquilo que disse sobre a PIC a transformação da Polícia de Investigação Criminal a Polícia Judiciária. Por isso, e ainda bem que o Governo está a pôr energia em todos cantos do país a informação chegar a toda gente através da radio, da televisão...

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Com comunicação social a fechar tudo.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — ... para o povo estar atento a essas irresponsabilidades e essas incoerências dos Deputados da oposição. Tribunal Constitucional, agora como jurista a falar. De facto o Supremo Tribunal de Justiça é a instância judicial suprema da república e não há dúvidas quanto a isso. E eu também concordo consigo. Só que a norma constitucional não se resume apenas em um artigo. E no artigo 131º da Constituição também diz o seguinte. O Tribunal Constitucional é o tribunal a qual compete especificamente administrar a justiça em matéria da natureza jurídico-constitucional logo, se o Tribunal Constitucional só julga das matérias jurídicos constitucionais. A questão do supremo ser o órgão da soberania não está em causa.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — É de interesse pessoal.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Será um órgão supremo. E na matéria judicial é o Tribunal Supremo como a lei diz. E não é essa questão. Mas sobre isso ainda, e por isso é que quando se vai buscar a lei não se pode cingir apenas a um artigo e resumir nesse artigo e ficar preso nesse artigo. O artigo 129º Sr. Deputado, número 4 diz o seguinte e aí resolve o problema sobre o Tribunal Constitucional também ou ajuda para esclarecer. As decisões tomadas em matéria pelo Tribunal Constitucional terão força obrigatória geral e serão publicadas no Diário da República. Sobre a matéria constitucional o Tribunal Constitucional é o último a decidir. Isso não põe em causa àquilo que diz o artigo 127º. São coisas completamente diferentes. Por isso é que também há e temos o Tribunal Militar que julga em última instância a matéria do Tribunal Constitucional. Como o tempo acabou é por causa disso que eu gostei de falar destes dois assuntos. E caso não intervenha mais, desejar boas férias a todos os deputados.

O Sr. **Presidente**: — Vamos continuar com os nossos trabalhos. E como eu já havia dito não há mais intervenções de mais ninguém em relação a essa matéria findando o capítulo de Pontos Antes da Ordem do Dia mas apenas gostaria de fazer um ressalvo. A Mesa tem a necessidade de apresentar um Voto de Pesar e gostaria de informar que faleceu o Senhor João António mais conhecido por Chiteque que ajudou a promover o nosso crioulo e as raízes culturais de São Tomé e Príncipe. E neste sentido convido a Sra. Secretária da Mesa para proceder a leitura de Voto de Pesar introduzido a este respeito. Tem a palavra a Sra. Secretaria da Mesa.

A Sra. **Secretária**: — Voto de Pesar número 15 da X legislatura 2017, pelo desaparecimento físico do Sr. João António (Chiteque).

Tendo tomado conhecimento fonético desaparecimento físico do Senhor João António mais conhecido por Chiteque vocalista do conjunto musical 1º de Maio de Água Izé, compositor, co-fundador e vocalista de puíta Cobra Preta também de Água Izé e de puíta Chiteque do Bairro Popular em Santana, figura marcante na promoção do nosso crioulo e das raízes culturais de São Tomé e Príncipe através das suas letras musicais e canções a Assembleia Nacional adopta nos termos do numero 1 do artigo 89º do Regimento de assembleia Nacional o seguinte:

1º Honrar a memória do Senhor João António pelo contributo de muitas décadas por si prestado a cultura nacional e em especial a música.

2º Expressar publicamente através deste voto de pesar a sua maior consternação e endereçar a família enlutada a sua solidariedade bem como as profundas e sinceras condolências.

Publique-se

Assembleia Nacional em São Tomé, aos 15 de Agosto de 2017

O Presidente de Assembleia Nacional

José da Graça Diogo

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, gostaria de saber se há alguma contribuição e comentário a fazer a cerca do Voto de Pesar. Caso não, submeterei o voto a votação. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente de Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Deputados de facto Assembleia Nacional com os seus Deputados representantes do povo quando tomam conhecimento de falecimento de alguém que realmente neste percurso de vida tenha feito alguma coisa de bom para o país é claro que há sempre esta tendência de manifestarmos a nossa solidariedade e de lermos aí o Voto de Pesar. Mas o que eu quero dizer é de fazer um apelo as autoridades, a própria Assembleia Nacional e os seus deputados se calhar talvez legislar nessa matéria. Porque não é possível que um indivíduo vive a sua vida mergulha na miséria total, doente enfermo, morre e depois de morrer o indivíduo é reconhecido aqui na casa parlamentar enviando Voto de Pesar e apresentar solidariedade com a família. Que família? Que situação vivem essas famílias? Portanto, Sr. Presidente fica aqui a nossa preocupação com relação a isto e espero que se encontre um mecanismo para valorizar todos aqueles que são amantes de cultura, todos aqueles que têm tido utilidades para este país que valorizem-lhes enquanto vivos, enquanto tiverem condições de poder usufruir daquele valor que querem dá-los. Eu pessoalmente quero dizer que quando morrer se não quiserem ler aqui, faça favor não fazer, porque eu quero que me cuidem enquanto estou vivo e não depois da morte é que vêm cá com esta frescura.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Eu gostaria de dizer e enaltecer que o senhor Chiteque pois pareceu-me que não, qualquer enterro que tiver banda de FASTP tem aquela música do Chiteque. «*Chiteque vai embora, não chora, e não sei quantos*». Isso significa que é um homem que deixa realmente alguma coisa no coração de todos nós.

E eu estive em Cantagalo, trabalhei em Cantagalo, conheci o Chiteque vindo dali e de lá. Ele quando faleceu, fui lá e nem o dinheiro para preparar a caixa as pessoas tinham. Nós estamos vivos, todos nós

devemos pensar enquanto estivermos vivos, isso sim. Depois de morrer devemos lembrar a pessoa, mas era bom que fizéssemos tudo para que as pessoas enquanto estivessem vivas pudessem viver com mínima dignidade. Chiteque é um homem que não é de Santana, não é de Cantagalo, neste momento e ao nível de São Tomé é universal e Príncipe. A música de Chiteque deixa muitas recordações. É bom essa posição que nós tivemos ao nível de Assembleia mas o melhor será que num futuro, a cultura, as pessoas ligadas a cultura ou próprio Ministério da Cultura que tem a cultura, a Direcção de Cultura dê mais atenção as pessoas que contribuem realmente com a sua cota parte para desenvolver a cultura de São Tomé e Príncipe. Quando falaram da morte de Chiteque eu não acreditei porque tinha acabado de vê-lo dias antes em Caridade. A família de Chiteque, gostaríamos e eu pessoalmente de render homenagem e pedir a todos mais uma vez que dê atenção as pessoas enquanto estiverem vivas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Em relação a essa questão, eu não conheço o Chiteque pessoalmente mas já vi na televisão e pela abordagem que foi feita sobretudo pelo Deputado Jorge Correia, queria juntar também a minha manifestar solidariedade e condolência a família enlutada mas o que me traz aqui mais Sr. Presidente é apresentar uma proposta. E essa proposta era no quadro do Orçamento de Assembleia e a minha justificação é essa. Porque é Assembleia que está a votar uma moção poder talvez junto da família encontrar um apoio para com a família. Era essa a minha sugestão e eu não quero aqui avançar propostas de descontos porque já aconteceu no passado uma polémica em relação a isso, descontos dos Srs. Deputados. Porque é livre, mas eu gostava no quadro de Orçamento de Assembleia poder ver o que é possível fazer com a família.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Salvador para uma intervenção.

O Sr. **Joaquim Salvador** (MLSTP/PSD): — Quero aqui juntar a minha voz aos Deputados que me antecederam e sobretudo o Sr. Deputado Jorge Correia. Manifestar também condolência a família do falecido Chiteque e por outro lado, subscrever também naquilo que disse aqui o Sr. Deputado. Nós precisamos efectivamente enquanto estamos vivos de termos alguma atenção sobretudo a aquilo que cada um de nós presta. Dai que essa chamada de atenção, eu acho muito importante porque lamento também ter perdido o meu pai Manuel dos Santos Barreto, Chefe da Banda de Música. Barreto; quem hoje nós temos o Hino Nacional. Barreto, quem foi o fundador e grande compositor do grupo Trindadence. Barreto, quem portanto aqui conheceu, sabe que foi um grande promotor da nossa cultura. Manuel dos Santos Barreto assumiu a Banda de Música quando os colonos ainda estavam aqui e foi o único professor da música clássica aqui em São Tomé. E hoje ninguém fala dele, ninguém se lembra e nós cantamos todos, o hino nacional. Por isso é bom lembrar daqueles também que prestaram serviço.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — É para rapidamente e sem muita delonga juntar a minha voz a dos que me antecederam e se de facto a música de Chiteque dizia Citeque vai embora para nunca mais e é verdade ele vai embora para nunca mais mas o seu legado, a sua música vai ficar para sempre. Vai o homem, vai o corpo mas aquilo que ele deixou-nos ficará para sempre. A família, os nossos profundos sentimentos mas o apelo que foi aqui feito pelo Deputado Jorge Amado e outros não só pela cultura também. Nós temos homens do desporto que deram muito por esse país. Homens da política que deram muito por esse país e que estão ainda vivos e a precisar da solidariedade e do apoio principalmente do Estado. Logo, não se resume apenas a cultura mas todos que deram o seu contributo e de que forma deram em momentos difíceis para hoje estarmos aqui livres com a nossa independência, com a nossa democracia e fazer de tudo para desenvolver esse país.

O Sr. **Presidente**: — Posto isto, vou submeter o Voto de Pesar a votação.

Submetido à votação foi aprovado com 48 votos a favor por unanimidade por todos os Deputados presentes nessa sessão plenária.

Sras. e Srs. Deputados, a nossa reunião plenária de acordo com a declaração da Conferência de Líderes conta com cinco pontos para o Período da Ordem do Dia. Pelo que vamos começar com o primeiro ponto. O primeiro ponto da ordem do dia diz respeito a discussão e votação na generalidade do Projecto de Lei nº24/X/6ª/2017 sobre a Comissão Eleitoral Nacional.

Disponibilizamos o tempo máximo para o debate de 60 minutos repartido proporcionalmente de seguinte maneira: Tempo para o Governo é de 21 minutos, ADI é de 21 minutos, MLSTP/PSD 10 minutos, PCD é de 5 minutos e UDD é de 3 minutos. Convido então o líder do grupo parlamentar do ADI ou dos seus

representantes a fazer a apresentação dessa iniciativa legislativa. Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma para fazer a respectiva apresentação.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Portanto, o meu grupo parlamentar fez apresentação do Projecto-Lei a nova Lei da Comissão Eleitoral Nacional.

Introdução

São Tomé e Príncipe apesar ter sido pioneiro dentre os países de PALOP na adopção do regime da democracia multipartidária, hoje volvido esses anos todos de experiência democrática ainda somos o único país entre os membros da CPLP onde a instituição encarregue de organizar e realizar eleições periódicas funciona numa base temporária e não permanente com todas as consequências que advêm deste facto. Dentre outros objectivos que nortearam a criação deste Projecto de Lei que submetemos a esta Augusta Assembleia para discussão, temos a salientar o seguinte.

1º Instituir uma comissão eleitoral que deverá ser dirigida com isenção e imparcialidade por personalidade eleita pela Assembleia Nacional com um mandato determinado evitando possíveis intromissões ou gerência do poder político no seu funcionamento.

2º Instruir uma comissão eleitoral permanente com um mandato cumprindo uma das exigências internacionais que é estar em conformidade com as regras relativas as exigências instruções eleitoral permanente a semelhança do que acontece em muitos outros países também na nossa região. Instruir uma comissão eleitoral permanente ao fim de concluir os ciclos eleitorais que vão para além dos actos eleitorais.

O nosso projecto a Comissão Eleitoral Nacional é composto por três comissários designados pela Assembleia Nacional sendo a indicação dos três candidatos a comissários a serem eleitos pela Assembleia de harmonia com o princípio de representação. Com relação ao mandato, o mandato de comissário tem uma duração de 7 anos não renovável. Propomos 7 anos atendendo pensamos constituir uma comissão permanente a fim de concluir os ciclos eleitorais que vão para além de actos eleitorais ao contrário do que tem sido durante esses anos. Também recorreremos a outras experienciais em que temos o caso de Cabo Verde, de Moçambique e também que a data de duração da Comissão Eleitoral Nacional cinge também no mesmo parâmetro. Em Cabo Verde são 6 anos, em Moçambique também são 6 anos renováveis e nós aqui estamos a propor 7 anos não renováveis. Este é o projecto apresentado e estamos abertos a sugestões de alteração desde que vêm no sentido positivo, tendo em conta a realidade do país e que respeite os princípios básicos do Estado de Direito Democrático. É tudo quando temos em momento de apresentar e esperamos que durante a discussão na especialidade sejam sugeridas propostas com fundamentos e que de certeza serão acolhidas.

O Sr. **Presidente**: — Posto isto, vamos para o espaço para debate na generalidade. Antes disso convido o relator ou membro da 1ª Comissão Especializada e Permanente indigitado para o efeito a proceder à leitura do respectivo parecer. Tem a palavra o Sr. Deputado Esmail da Gloria para efectuar a leitura do parecer.

O Sr. **Esmail da Gloria** (ADI): — Parecer da 1.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional relativo ao Projecto de Lei n.º 24/X/6.ª/2017 – Lei da Comissão Eleitoral Nacional.

Introdução

A iniciativa legislativa é apresentada pelo Governo...

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Pelo Governo! Ah!Ah!Ah!

O Sr. **Esmail da Gloria** (ADI): — ... pelo Grupo Parlamentar do ADI desculpa, no âmbito do seu poder de iniciativa e em conformidade com o disposto no artigo 136.º do Regimento da Assembleia Nacional (RAN). A iniciativa deu entrada na Assembleia Nacional e baixou no dia 24 de Julho de 2017 à Comissão de Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais, Direitos Humanos, Género, Comunicação Social e Administração Interna, Primeira Comissão Especializada Permanente e foi indicado como relator o Sr. Deputado Esmail do Espírito Santo. A iniciativa obedece a Lei do Formulário, mostra-se redigida sob a forma de artigos, tem uma designação que traduz sinteticamente o seu objecto central e é precedida de uma abordagem de motivo, profundamente explanado, cumprindo assim os requisitos formais constantes do n.ºs 1 e 2 do artigo 143.º do Regimento da Assembleia Nacional.

Objecto

Segundo parâmetros internacionais, é considerado Estado de Direito Democrático, o país onde além de vigorar o respeito dos habituais direitos fundamentais e dos princípios de separação do poder e da hierarquia das normas, exista igualmente um organismo independente e permanente encarregue de organizar periodicamente eleições livres, justas e transparentes. Este organismo que deverá ser dirigido, com isenção e imparcialidade, por personalidades eleitas ou indigitadas, com um mandato determinado evitando possíveis intromissões ou ingerências do poder político, no seu funcionamento. No que respeita a marcação da data para a realização dos actos eleitorais, a Comissão Eleitoral Nacional designará Delegações Eleitorais nos Distritos Eleitorais no país e na diáspora bem como, em outros lugares que

justificarem. As Delegações Eleitorais substituem as antigas Comissões Eleitorais Distritais, Regional e Especiais. As Delegações Eleitorais serão dirigidas pelo Delegado Eleitoral indigitado pela Comissão Eleitoral Nacional e coadjuvado pelo Delegado Eleitoral Adjunto, a ser indigitado pelas Delegações de Registos Cíveis no Distrito e na Região Autónoma de Príncipe, Câmaras Distritais, Representações Diplomáticas e Consulares de São Tomé e Príncipe. Dada a necessidade contínua de recenseamento eleitoral, o Delegado Adjunto deverá ser um funcionário público que exerce suas funções no local onde estará permanentemente instalado o kit do recenseamento eleitoral da CEN. A fim de manter a paridade e autocontrole democrático nas actividades realizadas, as Delegações Eleitorais terão um número variável de vogais, sendo cada um indigitado pelos partidos políticos com assento parlamentar. O recenseamento eleitoral de raiz deverá ser feito normalmente de cinco em cinco anos.

Conclusão:

Logo, os 27 anos de existência da Lei 12/90 (Lei das Comissões Eleitorais), associada a necessidade de cumprir alguns parâmetros internacionais que definem o Estado de Direito Democrático, havendo a necessidade de instituir uma Comissão Eleitoral permanente a fim de concluir os ciclos eleitorais que vão para além dos actos eleitorais, com esta nova lei o país passa a cumprir as exigências internacionais e estar em conformidade com as regras relativas à exigência de instituição eleitoral permanente, à semelhança do que acontece em muitos outros países. Neste sentido, a nova Comissão Eleitoral Nacional a ser instituída, deverá ser permanente e com competência de organizar e realizar actos eleitorais, bem como a supervisão dos referidos actos.

Recomendação:

Atendendo a necessidade de considerar o objecto da Lei sinteticamente descrito pelo tecido da sua letra, tendo em conta a necessidade de avançar para a institucionalização da Comissão Eleitoral Nacional permanente na vontade de responder os actuais desafios da tecnologia e responder as exigências internacionais, e dada a importância do objecto descrito pelas letras do projecto de lei em causa, a Primeira Comissão da Assembleia Nacional propõe a Mesa da Assembleia Nacional a sua análise e votação na generalidade pelo Plenário da Assembleia Nacional.

Eis o teor do parecer.

O Vice-Presidente, *Idalécio Quaresma*.

O Relator, *Esmael do Espírito Santo*.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, vou suspender para 30 minutos e retomaremos o trabalho quando for 13 horas e 45 minutos.

Eram 13 horas e 15 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 13 horas e 52 minutos.

Vamos dar continuidade a nosso trabalho. Como já tinha anunciado vamos entrar no capítulo da abertura do debate na generalidade. Posto isto, convido Sras. e Srs. Deputados que queiram intervir, têm o púlpito disponibilizado para o efeito. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado para intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, nós encontramos cá como Deputados que somos, representante do povo e estamos todos entre nós e acho que certamente não há receio aqui de alguém ter medo de algum deputado aqui nesta sala parlamentar. Estamos cá todos imbuídos de mesmo espírito de cumprir com a missão que o povo nos confiou. Por essa razão não entendo porquê ter militar fardado dentro da sala da nossa sessão plenária? Militar fardado dentro da sala de sessão plenária, não pode estar. Gostaria de pedir ao Sr. Presidente que revisse essa situação.

O Sr. **Presidente**: — Como eu já tinha dito, estamos na sessão agora de debate na generalidade sobre a matéria em apreço e assim aguardo a intervenção das Sras. e dos Srs. Deputados para o efeito.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Coloquei uma questão, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, questão que eu acho a meu ver que não tem tanta importância assim. Porquê? Porque é uma equipa que me acompanha da segurança do Presidente portanto, não interiro nessa área.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Por parte nenhuma do mundo isto existe.

O Sr. **Presidente**: — Eles têm os seus serviços e fazem a modo que lhes convêm. Eu sou um elemento. Eles fazem parte da Unidade de Segurança de Estado, eles é que sabem. Sr. Deputado, quero lembra-lo que ainda há bem pouco tempo havia cá todo uma equipa...

Sr. Deputado, gostaria de lembra-lo ainda a bem pouco tempo, alguns anos esta parte, havia cá toda uma equipa que o Deputado não podia entrar se não fosse verificado, e ninguém naquela altura reagiu, achou-se que era normal...

Murmúrios

... Portanto eu não vejo porquê, que quero ver polémica num assunto que é meramente compreendido...

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, nós estamos a recordar no ano passado e sabe-se perfeitamente que os militares ficavam lá fora.

Ficava lá fora porque houve ameaça de Deputados com arma aqui dentro. Eles ficavam lá fora e revistaram as pessoas que entravam. Agora, ter militar dentro da sala de plenária é que não.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, estamos a perder o tempo, eu acho que estamos a perder o tempo com um assunto que não tem nada a ver com aquilo que o povo quer ouvir. Nesse sentido então vamos continuar, se Sr. Deputado quer intervir, por favor fazer porque é altura.

Tem a palavra Sr. Deputado Danilson Cotú para uma intervenção.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Obrigado Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, boa tarde Sr. Ministro.

Na verdade eu tomo palavra para falar desta lei, mas mesmo assim que o tempo é curto eu tenho que reclamar, dizer que é desumano, colocar um partido político para discutir uma lei tão importante com este tempo que são cinco minutos. Mas enfim, dizer que é lamentável Sr. Presidente quando nós ouvimos aqui no Grupo Parlamentar da maioria, pessoas falarem da necessidade de consenso, advogarem consenso, e tomaram como exemplo ontem, é verdade ontem ouve consenso, as leis obrigavam-nos a tal. Ouve consenso devido a criminalidade que tomou conta desse país, então nós como partido responsável tínhamos que contribuir, temos que contribuir para ajudar a contornar os efeitos dessa criminalidade no país.

Mas face essa lei de hoje, Lei sobre a Comissão Eleitoral, essa lei aquilo que nós recebemos como projecto, é lamentável primeiro de se ler. Eu quando li fiquei me perguntado que tipo de cerebro produziu isto, é vergonhoso, eu não aponteí nomes, é vergonhoso alguém que defende a democracia, alguém que defende o Estado de Direito Democrático, apresentar isto como uma proposta de revisão de lei é uma vergonha, não pode ser.

Tomaram como exemplo a lei cabo-verdiana disseram aqui, falaram de Cabo-Verde, direito comparado. Eu fui pegar num livro que eu tenho, que foi oferecido por um amigo cabo-verdiano que é Deputado, e diz lá nos dos artigos, composição o artigo 12.º diz, «A Comissão Nacional de Eleições é composta por um presidente, eleito pela Assembleia Nacional, por maioria de dois terços dos Deputados presentes.» Isso é para necessidade de haver consensos, e vossas excelências encostam-se na arrogância que é a vossa marca e esquecem-se da necessidade do consenso. Em Cabo-Verde, eles propuseram, a necessidade de haver consenso acautelar dois terços. O quê que vocês propuseram meus senhores?

Falam de dois terços depois, porém pode ser eleito pela maioria, que vergonha meus senhores, a maioria tem aprender a dialogar, conversar, chamar oposição e conversar, buscar consensos. Isso sim tem que se fazer.

Um outro aspecto já para terminar por causa desse tempo que é cruel, depois eu vou negociar aqui com amigo da UDD para ver se arranja um minuto.

Uma voz: — Sem negociar?

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Isso não interessa.

Outra Lei que é Estatuto de Direito de Oposição, diz claramente no seu artigo 9.º, «Direito de colaboração». Todos os partidos políticos representados ou não na Assembleia Nacional, tem o direito de colaborar nos trabalhos preparatórios promovidos pelo Governo com vista a elaboração, ou revisão de legislações relativas aos partidos políticos e eleições.

Vossas Excelências não se deram o trabalho de conversar com ninguém sobre isto. Arrogância, ninguém sabe nada sozinho, tem que aprender a conversar, ouvir o outro lado. Está ai, juramos defender. É violação.

E para terminal mesmo, campanha feita em Portugal junto a diáspora, o Governo prometeu rever a lei eleitoral. Aprovaram em Conselho de Ministro. Porquê não mandaram para Assembleia para gente poder discutir aqui? Para dar direito aos nossos concidadãos que estão na diáspora para poderem votar? Isso sim é útil trazer. Como isto não interessa passou de uma campanha pumba, nova lei da Comissão Eleitoral. Meus senhores o povo saberá fazer a justiça. Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD

O Sr. **Presidente**: — Mais intervenções por favor? Mais intervenções? Tem a palavra Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira para uma intervenção.

O Sr. **Abnildo de Oliveira** (ADI): — Muito obrigado Sr. Presidente. O Projecto de Lei que o ADI apresentou e defende, visa como foi dito pelo Deputado Idalécio Quaresma na apresentação, é de uma iniciativa para conferir uma estabilidade a um órgão tão importante no processo democrático. E ao eleger esse órgão importante, e lhe conferir um tempo, um horizonte temporal daquilo que é a nossa proposta para sete anos, nós julgamos necessário, e julgamos lógico tendo em conta também a nossa realidade. Disse também e bem citando em termos de lei comparada, recorreu a legislação Moçambicana e também Cabo-Verde, que diz são cinco anos de fazemos algum projecto e mesmo a lei da legística que estabelece também devemos ir para lei comparada para nos situar.

Portanto os outros países têm seis anos, devemos copiar coisas boas. É verdade que quando copiamos a um termo que ouça até faz um faz-se um pouco de caricatura, «copier coller». Mas cada país tem a sua realidade, nesse caso Assembleia Nacional, também é legítimo de estabelecer o marco como pretende que essa lei seja feita de acordo com a realidade são-tomense.

Logo não existe petulância nenhuma, não existe arrogância nenhuma, as pessoas que não estão, quer dizer, que não respeita aquilo que é vontade popular é que vem com a questão de arrogância, a maioria que esta aqui a representar é maioria em representação da vontade do povo, não é apenas a vontade de Abnildo, é vontade do povo. Agora nós temos uma proposta e quando se faz a lei nessa casa a uma tramitação, vamos aprovar a lei na generalidade. Logo se os partidos nesse caso, o outro partido, outro grupo parlamentar, tem alguma contraproposta é o momento de o fazer...

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Para vocês chumbarem.

Aplausos do ADI

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Sem vergonha, pá!

O Sr. **Abnildo de Oliveira** (ADI): — E é esse momento de trazer a sua contraproposta, nós já tivemos a nossa iniciativa, és a nossa iniciativa, então se o outro grupo parlamentar tem uma outra visão, submeta aí a sua contraproposta no devido momento na especialidade, nós discutiremos. Agora é verdade que a proposta numa primeira fase da eleição, estabelece a maioria de dois terços, numa segunda ronda, mais é a nossa proposta.

Portanto na especialidade apresenta a vossa contraproposta, isto não é arrogância.

Agora quero também dizer, que achei também eu não sei se é insinuação ou se é outra coisa, quando o Deputado diz que, não compreende qual é o cerebro que produziu isso? Senhores se esse país tivesse, ok eu admito estou neste meio do cerebro que produziu não cerebro bom, e país como tem tantos cerebro bons é por isso que nós temos o país que nós temos, que muita gente que foi dirigente desse país esta cá nessa sala.

Aplausos do ADI

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Danilson Cotú pediu a palavra, mais em princípio já não tem tempo...

Murmúrios

...Sim, diga que UDD deu tempo e eu passo a palavra.

Sr. Deputado da UDD. Tem a palavra o Sr. Deputado Nelson da Mota para uma intervenção.

O Sr. **Nelson da Mota** (UDD): — Só para anunciar que vou ceder os minutos do UDD para o PCD.

O Sr. **Presidente**: — Assim é que tem que ser...

Aplausos

Tem a palavra Sr. Deputado Danilson Cotú para uma intervenção.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Com pequeno gesto é que a gente percebe espírito democrático das pessoas. Muito obrigado UDD.

É verdade sim que muitos aqui foram dirigentes, e o Deputado que me antecedeu foi dirigente também, e sabe porquê que o país esta assim. Só que eu jurei uma coisa, eu não vou usar essa estratégia de passado, passado, passado, para mim o que vale é daqui para frente.

Agora, atenção, quando reclamei sobre a qualidade daquilo que foi produzido fiz de justa causa. Meus senhores, custava chamar os partidos políticos, como disse o outro, encontramos todos os dias nesse corredor, conversar connosco, dizer que estão a pensar meter isso, qual é o vosso ponto de vista? Não custa nada. Por isso, que digo que é arrogância, porquê não colocaram a lei eleitoral para permitir observação nacional por parte dos observadores de São Tomé e Príncipe?

Porquê que não colocaram a revisão da lei de forma permitir que os nossos correligionários na diáspora votassem, façam isso também. Pelo amor a Deus, que proposta.

Voices: — Propostas.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Ah, propostas, muito bem. O PCD já fez propostas aqui, sabe o que os senhores fizeram, chumbaram de forma caprichosa.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira para uma intervenção.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Acho que o nosso debate, na minha opinião, está a tomar outro carácter, de arrogância, humildade, em termos de adjectivação. Penso que devemos centrar no essencial.

Gostaria e ia aplaudir o Sr. Deputado se viesse aqui com uma contra proposta a proposta que estamos a fazer.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Delfim Neves para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — É mesmo para orientar a Mesa face ao anúncio que foi feito aqui sobre violação de uma lei. Se estamos a discutir uma lei que não cumpriu requisitos formais julgo que o Sr. Presidente deve tomar uma atitude.

Se a lei dos partidos da oposição, no seu artigo 9.º, impõe que casos desse seja previamente discutido com partidos com e sem assento parlamentar e não foi o caso disso, então temos que suspender os trabalhos para os promotores cumprirem a lei.

Murmúrios.

Não estou aqui a inventar nada. Cabe a Mesa analisar se a norma que estamos aqui a discutir preenche todos os requisitos formais e se não foram feridas algumas normas que estão também na lei.

O Sr. **Presidente:** — Gostaria de lhe dizer o seguinte Sr. Deputado: Não cabe a mim na qualidade do Presidente da Assembleia entrar em assunto que tem a ver com um outro órgão de soberania que são os Tribunais. Os Tribunais é que devem decidir, não é da minha competência dizer se essa lei ou essa norma é nova ou não, não é isso

Vejo as competências do Presidente da Assembleia, posso ler para si. Lá não diz que o Presidente deve julgar em matéria legal aquilo que entra e decidir *de per sí*, não diz isso, não entra nas minhas competências, isso tem a ver com outro órgão de soberania que não sou eu.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Então Sr. Presidente, muito obrigado pelo conselho, quer dizer que está a nos convidar para ir ao Tribunal, muito obrigado.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, estamos aqui nesta Casa discutindo uma lei que fere completamente a nossa democracia, uma lei que fere o princípio de transparência, da justiça e da liberdade, uma lei que dá poderes ao poder, permite a ingerência de um poder numa comissão como a Comissão Eleitoral Nacional (CEN).

Sr. Presidente, esta lei podemos considera-la como inconstitucional, nem sequer deveríamos estar aqui a discuti-la. Não é possível que se prepara uma lei eleitoral onde o proponente propõe que o Presidente da Comissão Eleitoral e o Secretário da Comissão Eleitoral seja indicado pelo partido no poder. Isso em parte nenhuma se verifica isso e o Vice-presidente, com o sistema que se aplica aqui acabará também por ser do partido que está no poder.

Por outro lado, a lei é uma lei com vigência para sete anos, o que significa dizer que se amanhã a ADI perder as eleições, como vai perder,...

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — ... a ADI continuará a ser dono da CEN. Se o ADI deixar de ser um partido com assento parlamentar continuará a ser dono da CEN porque foi eleito para sete anos e mais nenhum partido tem direito de intervir na CEN, o que é isso?

Se formos ver leis comparada em Portugal, por exemplo, a CEN é constituída por elementos de cidadãos idóneos indicado por cada partido político com assento parlamentar, é o que está lá, aqui não é isso que está cá e o Presidente da CEN em Portugal é indicado pelo Conselho Superior de Magistratura, é um juiz conselheiro. Aqui fazemos a lei para ir buscar amigos e dar o amigo poder de um órgão de soberania, o Presidente passa a ter as mesmas regalias de um juiz conselheiro, mas que lei é essa? Que democracia é essa quando uma CEN é assumida apenas por um partido político?

Aqui nesta Casa Parlamentar sempre teve-se o cuidado, na constituição da CEN, introduzir representantes de todos os partidos políticos, aqui não tem. Aqui diz; Presidente e Secretário do partido no poder, o Vice-presidente do segundo partido se passar.

Uma Voz: — Se não passar.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Se não passar o terceiro partido, se passar, se não passar volta para o primeiro partido. Quer dizer que o primeiro partido terá que ter o Presidente, Secretário, Vice-presidente numa CEN, onde é que estão os partidos políticos desse país? Onde é que está a democracia neste país?

É isto que estão a orquestrar para São Tomé e Príncipe? Para que não haja mais vozes falantes neste país?

Somos a voz daqueles que não podem falar e há muita gente que não pode falar que quer falar sobre isso e estamos aqui para falar por eles.

Portanto, Sr. Presidente, esta lei é uma lei que não pode ser aprovada na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Ruídos da ADI.

Têm os senhores maioria ou não tem maioria vamos recorrer até a última consequência

Vozes da ADI: — Vai, vai.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma para uma intervenção.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Até o momento estamos em presença de um projecto e referiu-se aí ao artigo 9.º, partidos da oposição, seria bom ler para outras pessoas entenderem.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — «Estatuto de Direito de Oposição».

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Exactamente. Atenção ao artigo 9.º, «Direito de colaboração».

«Os Partidos Políticos representados ou não na Assembleia Nacional têm direito de colaborar nos trabalhos preparatórios promovidos pelo Governo com vista a elaboração ou revisão de legislação relativa a partidos políticos e eleições».

Estamos em presença de um projecto e não de uma proposta.

Aplauso da ADI.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra a Sra. Deputada Bilaine Ceita para uma intervenção.

Murmúrios.

A Sra. **Bilaine de Ceita** (ADI): — Sr. Presidente, Muito obrigada, boa tarde Srs. Deputados, boa tarde Sr. Presidente.

Esse Projecto de Lei, no meu entender, trata-se de uma inovação. Trata-se de uma evolução, a actual Lei que rege a Comissão Eleitoral Nacional data de 1990, já lá vão quase 30 anos, a nossa sociedade evoluiu, o país evoluiu,...

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Para ditadura. Não existe nenhuma lei internacional que obriga a isso.

A Sra. **Bilaine de Ceita** (ADI): — Os procedimentos evoluíram. Portanto, há toda a necessidade de se actualizar a Lei que rege a Comissão Nacional Eleitoral.

Por outro lado, todos os países ao nível da CPLP já evoluíram no sentido de adoptar o funcionamento permanente da Comissão Eleitoral Nacional.

Murmúrios.

Ao nível da sub-região central da África, todos os demais países também já evoluíram neste sentido. Portanto, como já se falou aqui, estamos na discussão na generalidade, neste momento, há ainda espaço na especialidade, ...

Murmúrios

...para todos os Sras. e Srs. Deputados apresentarem as suas propostas, apresentarem as suas contrapropostas, as melhorias e alterações à esta Lei.

Uma voz: — Muito bem.

A Sra. **Bilaine de Ceita** (ADI): — Portanto, todos os Srs. Deputados, todos aqueles que estão contra esta Lei, portanto, no meu entender, são pessoas que não querem mudar, não querem evoluir. Muito obrigada.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira para uma intervenção.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Muito obrigado Presidente.

Eu fico feliz porque já que a nossa República também, em termos de ensino e alfabetização, o processo de alfabetização, há muita gente que sabe ler, e o meu líder veio aqui esclarecer e bem o artigo 9º que foi cá citado. E veio esclarecer e bem a questão do Estatuto...

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Quantos líderes que você tem?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — do Direito de Oposição. E o que aqui disseram, ou o que aqui foi dito...

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Por quem? Fala o meu nome.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sim! Estamos no debate. Pelo Deputado Danilson Cotú, não corresponde a verdade. Não corresponde a verdade. Porque, como disse e disse muito bem, os partidos políticos representados ou não na Assembleia Nacional têm direito de colaborar nos trabalhos preparatórios promovidos pelo Governo. Acontece que este Projecto é da iniciativa do Grupo Parlamentar do ADI e não do Governo.

Portanto, é apenas para esclarecer a quem nos ouve lá fora, para quem nos escuta, através das antenas da Radio Nacional, que não tem em posse esse diploma, essa Lei, para estar esclarecido.

Portanto, é esse o esclarecimento e subscrever na íntegra a intervenção da Sra. Deputada Bilaine Ceita.

O Sr. **Danilson Cotu** (PCD): Senhor Presidente, eu fui citado, tenho direito à resposta. Não é?

O Sr. **Presidente:** — Eu vou lhe dar a palavra, quando for.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): Muito obrigado. E como interveniente, não falo mais, não é?

O Sr. **Presidente:** — Não é Sr. Deputado. Verifica o Regimento. Não é tão imediato assim. Tem a palavra o Sr. Deputado Esmael da Glória.

O Sr. **Esmael da Glória** (ADI): — É só para em princípio, agradecer pela iniciativa tida pelo Grupo Parlamentar, na medida que nós procuramos responder as exigências das Comissões Eleitorais, quer ao nível regional, quer ao nível internacional. Ora vejam: o kit que hoje temos na Comissão Eleitoral Nacional, se os Srs. Deputados querem ter informações, podem ir lá buscar, ficam a saber que a Comissão deve ter a permanência, porque é um kit que não deve ser desligado, em que não deve ser desligado, e numa comissão a d'hoc, que os órgão vão de férias e não sei quê. Corremos o risco de perder todos os materiais e todos os donativos que custaram outros povos, que nos doaram e, hoje, os Srs. Deputados ainda dizem que a coisa é brincadeira. Convenhamos Srs. Deputados! Nós estamos somente a procurar dar resposta às exigências das novas tecnologias que hoje, a Comissão tem, e em suma, de uma Lei, que já data há 27 anos, que precisa avançar.

Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Obrigado. Sr. Presidente. Não vou entrar em polémica da questão do artigo 9º. Mas é claramente compreensível que qualquer grupo parlamentar maioritário que sustenta o Governo, apresenta uma proposta em consonância com a estratégia do Governo. Está claro! Isso, se quiserem ignorar, paciência.

Bom! Sobre a matéria de mudança, quando alguém estiver a falar sobre isso, é necessário saber a quem dirigir essas palavras. Porque, sobre a matéria da mudança, sinceramente, há pessoas que não podem falar sobre isto.

A Senhora é que não pode falar de mudança! Não pode e não deve, porque nem tem idade para isto!

Vozes: — Ohóooo.....

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Porque não sofreu, não sofreu...

Aplausos

... Eu explico.

Aplausos e murmúrios

...Eu estou a falar,

Uma voz: — Contestação

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): ...O Sr. Deputado, se calhar, não percebeu! Eu estou a falar e a Sra. Deputada está a dirigir à mim, a dizer que dirigiu a palavra à mim, principalmente.

Murmúrios

Está aí ela a dizer. Então, eu estou a lhe dizer, porque depende da mudança que ela quiser referir. Eu estou a falar da mudança. Mudança que nós estamos aqui a discutir, efectivamente, não tem idade para discutir isso!

Murmúrios

Bom! deixa-me dizer uma coisa, minha gente. A lei, a lei...

Murmúrios

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, eu quero entender o porquê deste barulho todo? Porquê desta conturbação toda, agora?

Uma voz: O Senhor não tem este direito!

O Sr. **Presidente**: Eu estou a lhe deixar exprimir aquilo que lhe vem na alma. De repente, eu estou a ouvir tanto barulho, que eu não sei o que é que se passa?

Murmúrios

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado não está sendo justo. Se o Sr. Deputado já reparou, variadíssimas vezes eu chamo sempre a todos, que eu não quero barulho aqui.

Eu não estou a fazer nada de mal, senhor. Eu estou a olhar para todos os lados. Estou a olhar para si? Então, não sou obrigado a olhar onde quero? Mas porque é que eu tenho que olhar para outro lado e não olhar para si! O senhor não pode me impor isto! Isso é da minha vontade.

Bem, Sr. Deputado Delfim Neves, favor, vamos continuar. Faça a sua intervenção. Meus Srs., apelo a todos; ele está exprimir-se deixem-no fazer a sua intervenção, depois outro poderá intervir, em função da necessidade.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Bom! Eu sei que isso é uma forma de perturbar, mas eu gostaria de dizer que não está em causa, a revisão da lei. Qualquer lei, ainda que tivesse um ano, pode ser revista, independentemente da sua idade. Adapta-se a lei, em função das necessidades. O que está em causa, é a forma como a maioria quer constituir a Comissão Eleitoral. Vamos ser honestos. Sem representação

equilibrada dos partidos políticos que são os pilares da democracia. Fazendo essa lei ou melhor, se essa lei se consumir, tal como ela se encontra, mais associada à Lei do Tribunal Constitucional, estes dois órgãos estarão representados apenas por representantes do ADI. Isso é normal?

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): Maioria absoluta.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Os Senhores, se estivessem no lado da oposição, eram capazes de aceitar isso? Eram capazes de aceitar isso? O que nós estamos aqui a exigir é que haja equilíbrio, que haja democracia e alguém referiu-se aqui ao consenso. Para haver consenso, não pode haver essas exigências. Porque, quando se vem aí com a situação da votação, em dois tempos, naturalmente, que a maioria que só ela pode decidir a maioria de dois terços, pode chumbar todos candidatos que virão de outros grupos parlamentares. E assim ficará quem irá representar na Comissão Eleitoral e no Tribunal Constitucional, apenas pessoas que tenham alguma simpatia, ou membros do ADI. É isso que está em causa e não a revisão. Nós próprios, o PCD, introduzimos, em 2012, ainda com o vosso Governo, a revisão da Constituição onde nós falávamos dessa questão de uniformizar o mandato, mas foi para a gaveta. Por se o PCD a apresentar a proposta, e até hoje não se discutiu.

Portanto, nós não estamos aí com receio de fazer revisão coisíssima nenhuma. O que estamos a dizer, é a forma como querem compor este órgão, não é forma democrática. Muito obrigado Sr. Presidente.

Murmúrios

O Sr. **Presidente**: — Bem. Meus Srs., vamos apaziguar os ânimos...

O Sr. **Secretário** (Mohamed da Glória): — Sr. Presidente, desculpa-me, se tem alguém que quer vir ocupar espaço aqui, manda vir.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Sim. Deixa lugar para ele e vem sentar aqui.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, convenhamos! O Sr. Deputado é Secretário da Mesa, o Sr. Deputado está no seu lugar.

Uma voz: — Quem manda, afinal, não é o Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Bem, Srs. Deputados, a razão da minha não reacção, é que eu acho quando não tenho que falar, ...

Uma voz: — Mas, enquanto...

O Sr. **Presidente**: — Deixa-me falar! Para não perder tempo e não ferir a minha dignidade, eu não falo. Sou assim. Prefiro engolir o sapo e ver.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Oh! Depende de tamanho.

Presidente: — Prefiro engolir...

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Pode fazer o Sr. Presidente mal. Se for grande demais...

O Sr. **Presidente**: — Reconheço que foi uma intervenção infeliz, é verdade. A dizer-me, se eu não estou a controlar o tempo mas estou a controlar o tempo. Mas, pronto. As vezes isso acontece, por meio da distração as coisas passam. É verdade que o Sr. Deputado ultrapassou um minuto e tal, mas eu achei por bem que já estava a chegar o final, pronto, deixei-o falar, como já também deixei outras pessoas falar mais um minuto. Portanto, não é grave!

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Está bom. Quem tem razão não fala muito.

O Sr. **Presidente**: — Pronto, era só isto, portanto, eu peço a todos para baixarem os ânimos e nós vamos continuar os nossos trabalhos até ao fim.

Bem, eu acho que estamos a discutir, como eu tinha dito, na generalidade o Projecto de Lei que está na discussão na generalidade. Certamente, depois haverá um espaço para se discutir na especialidade para afinar tudo aquilo que deve ser afinado,...

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Não é hoje.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, nós estamos a discutir na generalidade. Na generalidade, entra o Projecto, discute-se cá e se propõe para votação. Depois, o Projecto irá ser encaminhado para a Comissão competente em razão da matéria, para ser discutida na especialidade. E aí, todos os Deputados, porque são 9 Deputados na especialidade terão a oportunidade de falar, apurar tudo que deva ser apurado, depois enviar para a Mesa para votação final global. É assim que tem funcionado até hoje na nossa Assembleia. Então pronto.

Gostaria de saber se há mais intervenções, caso não, passaríamos à votação.

Sr. Deputado Danilson Cotú, deixa primeiro a intervenção da Senhora Dra. Maria das Neves, depois passarei a palavra a si.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Muito obrigada, Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro.

Sr. Presidente, eu trago este folheto que toda a gente deve conhecer. Conhecem bem. É o Manifesto do ADI e eu gostava só de recordar algumas passagens deste Manifesto.

A dada altura, o Dr. Patrice Trovoada mais o ADI assumiu e dizem assim: “Todos os democratas verdadeiros, todos aqueles que sabem que um país, com as características de São Tomé e Príncipe, só conhecerá o desenvolvimento se for uma verdadeira democracia, bem governada, estável e transparente. Devem-se mobilizar para que o nosso país não descarrile ainda mais”. E dizia mais! “Os agentes com maior responsabilidade no Estado: nos Tribunais, nas Forças Armadas, na Polícia, nas Finanças, nos Cartórios detêm responsabilidade acrescida neste momento particular e não podem tornar-se cúmplices passivos ou activos de planos maquiavélicos de interesses nacionais, da democracia e de familiares inocentes.”

Aplausos

E neste Manifesto ainda é dito: ‘Qual é hoje, o estado das liberdades em São Tomé e Príncipe? Que garantia temos de viver e dormir descansados na nossa terra?’ É perguntado aqui. E eu pergunto, isto perdeu validade?

Risos e aplausos

Já não existe? Já não é aplicável?

Sras. e Srs. Deputados, quero só pedir, por favor, não matem a nossa democracia. Foi uma democracia conquistada com suor e sangue. Tem sido exemplo da democracia aqui na nossa sub-região, e no mundo. Todos falam de democracia em São Tomé e Príncipe. E nós, com essas atitudes, dizer que isto é uma mudança. Esta Lei representa um retrocesso na nossa democracia.

E eu quero aqui felicitar o Sr. Deputado do ADI, que eu soube que na Comissão, se absteve: ele demonstrou o verdadeiro sentido de Estado, sentido patriótico.

Aplausos

Srs. Deputados, não matem a nossa democracia!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Senhor Deputado Danilson Cotú para direito a resposta.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, não é que às vezes, quando eu fico brincando com amigos meus, que eles dizem alguma coisa, no mesmo sentido daquilo que eu tinha dito, usando outras palavras, eu costumo a dizer-lo que ele acabou de trocar 6 por meia dúzia.

Porque, na verdade, convenhamos: falar que esse Projecto é da maioria parlamentar do ADI e dizer que o Governo não tem conhecimento desse Projecto, desculpem lá, meus caros, a mim não! Não me enganam em relação a isso.

Agora, é curioso que casos desses, dizia aqui um Deputado que a minha intervenção, determinada parte não constava como verdade, respeito pluralidade e ponto de vista. É assim a democracia. Mas, é verdade que em países onde a democracia é verdadeira, onde a democracia é mais civilizada e está mais avançada, costuma-se a pautar em alguns casos, e, em matéria desse tipo, para consultas públicas.

O povo tem que posicionar-se em relação a essas coisas. Não é porque temos maioria, detemos a maioria absoluta é que nós temos que fazer aquilo que nós bem entendemos. Não é por aí. Porque nós conhecemos muitas maiorias que saíram das urnas e que acabaram em regimes ditatoriais, sanguinários, que a história só recorda como exemplo a nunca se seguir.

Se diz a Lei dos Partidos Políticos – oposição e diz claro que os partidos políticos com assento e mesmo sem assento parlamentar devem ser ouvidos. Isso não é fazer favor a ninguém. Isso é fazer consolidar e amadurecer a nossa democracia que tem sido referenciada como bom exemplo. Isto é preocupante, se nós deixarmos que certos hábitos nossos, para não usar um determinado adjectivo aqui, inverta o sentido disto.

Sr. Presidente, eu tenho 3 minutos, mas eu vou já terminar e pedir licença à Deputada Maria das Neves que eu vou usar a última parte da citação dela: 'Meus caros, não deixem que a ganância pelo poder ofusque os nossos sentidos para matar a nossa democracia. Não matem a nossa democracia.' Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Meus Srs., há muito sururu, eu estou a espera que a sala esteja tranquila para poder dar palavra a próxima. Tem a palavra a Sra. Deputada Bilaine Ceita para uma intervenção.

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — Sr. Presidente, muito obrigada. Portanto, há um Sr. Deputado que disse que eu não tinha idade para falar de mudança. Mas eu só sei que eu tenho idade e legitimidade para cá estar. O que eu acho é que há algumas Sras. e Srs. Deputados que não deveriam estar cá, porque, num país sério, não deveriam estar cá. Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Senhor Deputado Danilo Neves para uma intervenção.

Murmúrios

Sras. e Srs. Deputados, chamei um Deputado para intervir e ele está aí, está à espera, mas há tanto sururu que ele não começou ainda a intervenção.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Neste momento, o sururu saiu daqui.

O Sr. **Presidente**: — É muito sururu. Sr. Deputado, baixa o seu braço. Está toda a hora a me apontar. Não sei porquê?

Risos

Isto também não é respeito! O respeito obriga a isto. Também gostaria de dizer o seguinte: Eu acho que aqui não há Deputado sénior, júnior, nem nada. Somos todos Deputados. Eu exijo que todos respeitemos uns aos outros. Isto de estar a chamar uns, mais velho, mais novo, não há nada disto aqui. São todos representantes do povo e estão cá para uma missão específica. Foram eleitos para o efeito. Seja mais novo, ou mais velho. As pessoas têm direito à palavra e falam. Ponto final.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Obrigado, boa tarde, saudações. Quer na apresentação da Proposta de Lei, pelo Deputado Idalécio, quer no Parecer, falou-se muito dos ciclos eleitorais. Mas nenhum de nós tem a garantia de que os ciclos serão permanente. Se existir uma moção de censura ou, mais concretamente, uma dissolução da Assembleia, ou a vacatura, logo o ciclo será interrompido. O que acontecerá à Comissão, neste caso? Porque, a Comissão está prevista para cumprir um ciclo, mas a meio do percurso há um reinício, como é que fica? Portanto, quer a Proposta do ADI quer o Parecer faz muito enfase ao ciclo. Valoriza o ciclo, como sendo este o fundamental. Esta é uma pergunta. Como é que ficará, em caso desta situação, em que o ciclo se reinicia? Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, o Senhor Deputado Joaquim Salvador para uma intervenção.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — Sras. e Srs. Deputados, venho apenas aqui lamentar também algumas atitudes que não compadecem com o nosso trabalho, nem tão pouco com aquilo que se trata agora.

É verdade que hoje, o ADI tem a maioria. Eu acredito que, para que o ADI atingisse essa maioria, era preciso trabalhar para que o povo tenha confiança nele. Todos os partidos políticos têm também esta liberdade de trabalhar, para que o povo possa emitir confiança nele.

Agora, ao que parece, é que tudo o que o ADI, hoje, apresenta, para oposição, não é bom. Nunca é valido. E também nós não podemos estar aqui convencidos de que os nossos adversários, que são tróicas,

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Quem aumenta o imposto e agrava a vida do povo é que é tróica.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — possam vir aqui bater palma, para os nossos projectos que forem apresentados. Eles não aceitam.

Uma voz: — Quem agrava imposto é que é tróica

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — Porquê? Porque justamente, como disse aqui o Sr. Deputado que me antecedeu, eles o que querem é o poder. O que querem é saber que eles podem tudo perder, quando estão na oposição. Porque quando estavam no poder, quando viviam a leite gordo...

Uma voz: — ai, ai!...

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — essas pessoas pensavam que o povo nunca abria os olhos. E hoje, o povo abriu os olhos. Por isso é que confiou a maioria absoluta ao ADI. Para que esses tipos de *ionó*, esses tipos de *vabú* possam parar.

Eu acredito que, com todo o respeito que tem, porque o povo pequeno é que me elegeu e eu estou aqui, em nome deste povo pequeno para dizer até alguns que hoje, trazem como melodia 'povo pequeno'...

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Estás a chupar o suco do CIAT.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — que eles têm tempo também, para mostrar a esse povo que eles também merecem confiança do povo. Agora, as eleições, ou aquilo que nós pretendemos, um ou à outro, não depende de nós. Depende sim do povo, que quando for à urna, vai dizer: sim! Merece, ou não merece.

Vai merecer com esse tipo de discussão? Discordada?

Ontem, nós estávamos aqui, por parte, havia consenso. Porque aceitaram que lhes toca na alma. Aquilo que lhes toca na alma! Agora, Sras. e Srs. Deputados. Eu penso que não é isso que o povo espera de nós. Não é. O povo espera de nós mais. O povo espera para que, São Tomé e Príncipe seja melhor.

Mas o povo não pode estar refém, continuamente dum grupo de pessoas que só querem viver à maneira deles. Por isso que, caros irmãos, caros Deputados, o que é melhor, Sr. Presidente é passarmos à votação e fazer a marcha continuar. Muito obrigado.

Uma voz: — Enganaste Peter.

O Sr. **Presidente:**— Tem a palavra o Senhor Deputado José António Miguel para a sua intervenção.

O Sr. **José António Miguel** (ADI) — Muito obrigado, Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados. Sr. Presidente, muito obrigado. É só para dizer que o Projecto de Lei, que nós estamos a discutir, se estamos cá a ter essa discussão, penso eu que o Projecto cumpriu todos os requisitos previstos para chegar ali até onde está. Não é? Por isso eu acho que o que nós temos que ter é muita calma, discutir o Projecto de lei apresentado pelo Grupo Parlamentar do ADI e também, a oposição dar a sua contribuição para melhoria. Se entender que de facto pode fazer e deve fazer, eu acho que é ocasião para dar essa contribuição. Se nós olharmos para o artigo 137º do Regimento, diz: 'A iniciativa originária da lei toma a forma de Projecto de Lei, quando exercida pelos Deputados, ou grupos parlamentares e de Proposta de Lei quando exercida pelo Governo.' Eu acho que essa confusão, a essa altura, não devíamos estar a fazer mais. Mas, pronto, é normal, não é?. E eu fico com a impressão também que não se trata, é preciso também as pessoas serem claras, não se trata de nada de discussão de Projecto de Lei propriamente, a questão é mais profunda.

É que no passado, os governos tinham prazo, basta um grupo comer e beber, como se diz mesmo, e dar prazo ao governo. Dizer que não, esse governo não passa Setembro. Esse governo não chega Dezembro. Esse governo não vai passar Natal. E deixavam cair o governo e depois montaram para a governação do país a pessoa ou o partido que nem sequer tinha a ver com a Legislatura, partido que não ganhou as eleições, que não teve um único deputado.

Por isso, hoje não, o povo deu maioria absoluta ao ADI . Eu acho que o grande problema da oposição é normal. Em São Tomé e Príncipe, nós não temos o hábito de ter um Governo a governar por tanto tempo. Entende-se! E essa que é a grande razão. Como não têm hábito mas eu vou vos dizer que é bom que comecem a criar hábito de estar na oposição durante 4 anos. Porque é assim que vai ser. Vão estar na oposição durante 4 anos, essa é a vontade do povo e, por favor, eu peço vos mais uma vez, que respeitem a vontade do povo. Quando vêm para aqui falar de arrogância, que o ADI tem 33 Deputados, tem maioria, tem arrogância, não é nada disso. É apenas a vontade do povo. Por favor, respeitem a vontade do povo. Amanhã, ou depois, não sei daqui a quantos anos, quando tiverem também a vossa maioria, eu penso que o ADI saberá respeitar a vossa maioria. Muito obrigado pela vossa atenção.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira para uma intervenção.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Obrigado Presidente. Antes da minha intervenção, eu vou roubar mais um minutinho do meu grupo parlamentar, para dizer às Sras. e Srs. Deputados, é o apelo que eu faço, para nós nos contermos em termos de linguagem e adjectivação. Digo isso porquê? Eu não participei na Primeira Guerra Mundial, como muitos aqueles que foram para a Academia, não participaram na Primeira ou Segunda Guerra Mundial, mas sabem, alguns até de cor, o que aconteceu na Primeira ou Segunda Guerra Mundial.

Eu não vivi com Jesus e muitos aqui na sala são cristãos, não viveram com Jesus, mas conhecem a vida de Jesus. Para dizer que a colega Deputada Bilaine Ceita, pese embora a sua idade, não foi necessário para que ela tivesse 30, 40 anos para contar a história da democracia ou da independência de São Tomé e

Príncipe. Isso não tem nada a ver com mais velho, ou mais novo. Era só essa ressalva que eu gostaria de deixar às Sras. e Srs. Deputados.

Em segundo lugar, para dizer que a Democracia não está em perigo. A democracia não está em perigo...

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — *Védé védé mé?*

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Não é com a feitura, ou com a revisão desta Lei que dá garantia à estabilidade de uma instituição como essa, que a democracia está em perigo. Há outras razões por detrás de certos argumentos, mas por essa via e com o Governo do ADI, não está em causa a nossa democracia. Pelo contrário. Dos sinais que nós temos dado, é o exemplo do democrata é o exemplo de um partido democrata. Ao contrário. E eu disse aqui, ontem, se for para contarmos a história como ela foi, olha o que vocês fizeram com 29 Deputados.

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, eu tenho a lamentar que, constantemente, tenho vindo a verificar sempre as mesmas pessoas a perturbarem os nossos trabalhos. Infelizmente, permitam-me dizer isto. Nós somos 55 Deputados, mas nesse grupo de 55 Deputados parece-me que há dois ou três Deputados que, constantemente, perturbam a nossa sessão plenária.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Se quiser pronunciar, pronuncia.

Uma voz: — É Guiva!

O Sr. **Presidente**: — Uns pensam que têm todo o direito de dizer tudo o que querem. Disparam de uma ponta à outra, quando querem. Não pode ser. Nós estamos a ser observados arte internacionalmente. Se for necessário. Estamos sendo observados e nós temos tido um comportamento muito indigno da nossa própria personalidade e do nosso próprio comportamento aí nessa nossa Casa Parlamentar.

Eu, às vezes, isso doí-me, porque é feio, um Órgão de Soberania e ter esse tipo de comportamento. Convenhamos!

Uma voz: — Esse deputado é de Santana.

O Sr. **Presidente**: — Está a ver? Outro agora está a dizer, porque é de Santana. Eu não estou a dizer se é de Santana, ou se é de Lobata. Eu estou a falar de uma forma geral.

Risos.

O deputado tem que ter um comportamento digno! Está a representar o povo. Tem que ter postura. Quando fala, fala com mestria, com dignidade. Fala com alguma segurança e não estar aí a fustigar a bombardear...sururu toda hora, Não! Isso não serve. Um parlamento não pode ser assim, estamos a manchar a nossa própria imagem como Deputados que somos.

Portanto, eu apelo mais uma vez, a todos para termos aquela atitude condigna, uma atitude melhor. Porque só assim o povo nos dará o valor que merece. Porque senão o que é que nós ouvimos aí fora. Pensam que o Deputado não vale nenhum. Como todos, nos conota como pessoas que estão aí a falar à toa.

Risos

Por amor de Deus. Convenhamos! Temos que ser dignos de nós próprios e da imagem que nós transmitimos para fora.

Murmúrios.

Uns, não sei se é da juventude, esquecem que estão aí metidos num fórum que obriga a ter uma atitude correcta.

Uma voz: — Está a me dar razão...

O Sr. **Presidente**: — Tem, tem. Em parte tem alguma razão. Mas alguns exageram completamente.

Uma voz: — É da juventude!

O Sr. **Presidente**: — Bom, então era só essa chamada de atenção, que eu gostaria de fazer, de uma maneira geral a todos os Deputados e vamos retomar as nossas intervenções. Bem. Dizer que, praticamente já não tem tempo para intervenções. Esgotei a lista e posto isso, eu vou passar a outra fase. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado para uma intervenção. O Sr. Deputado tem 57 segundos.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Muito obrigado Senhor Presidente. Para dizer que, realmente, temos que dignificar a nossa Casa Parlamentar, temos que dignificar o nosso país e como temos que dignificar o nosso país, eu quero instar ao Ministério Público para poder levantar um processo de avaliação daquilo que o Peter escreveu contra ele que está na rede social e que o povo precisa saber, a comunidade internacional precisa saber....

O Sr. Peter Lopes falou que estará na rede social porque o povo precisa saber, a comunidade internacional precisa saber e o país não pode continuar nesse lamaçal.

O Sr. **Presidente**: — Posto isso, vamos passar a votação desta iniciativa legislativa. Estamos na apreciação na generalidade e nesse sentido vamos passar a votação.

Submetido a votação, foi aprovado com 30 votos a favor da ADI, 13 contra do MLSTP/PSD, 5 contra do PCD e 1 contra da UDD.

Passamos ao segundo ponto da Ordem do Dia, trata-se da discussão e votação na generalidade, especialidade e final global do Projecto de Lei n.º 26/X/6.ª/17 que Prorroga o Mandato dos Órgãos Regionais e Autárquicos. Por conseguinte disponibilizamos um tempo global para debate de cerca de 60 minutos.

Convido o Líder do Grupo Parlamentar da ADI proponente da iniciativa ou um outro Deputado representante do Grupo para proceder à apresentação da referida iniciativa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira para apresentar a iniciativa.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — O Grupo Parlamentar da ADI tem a honra de apresentar o Projecto de Lei que Prorroga os Mandatos dos Órgãos Autárquicos e Regional. Ainda ontem Sua Excelência o Sr. Presidente da República recebeu em audiência os distintos partidos para anunciar as razões para a não realização das Eleições Autárquicas e Regional.

Tinha sido prevista para 12 de Outubro e face aos constrangimentos, sobretudo económicos e financeiros que o país atravessa, e o nosso Grupo Parlamentar entende que ao adiarmos as eleições esses titulares de poder local e regional estariam numa situação de ilegalidade.

Portanto, este projecto visa conferir plenos poderes com a sua prorrogação para que eles possam exercer as suas funções com legitimidade necessária.

É este o princípio que norteou o Grupo Parlamentar da ADI na apresentação deste projecto.

O Sr. **Presidente**: — Dando sequência aos nossos trabalhos convido o relator ou um membro da 1.ª Especializada Permanente indigitado para o efeito a proceder à leitura do parecer.

Gostaria de informar que a Mesa não recebeu o parecer, mas recebeu uma notificação da 1.ª Comissão e nesse sentido pediria a Sra. Secretária da Mesa para proceder à leitura do documento.

A Sra. **Secretária**: — Vou passar a ler o teor da nota enviada pela 1.ª Comissão a Mesa da Assembleia Nacional.

Comissão dos Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais, Direitos Humanos, Géneros, Comunicação Social e Administração Interna.

Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Nacional, São Tomé.

A Comissão esteve reunida hoje, 15 de Agosto de 2017, a fim de analisar e aprovar o parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 26/X/6.ª/17 que Prorroga o Mandato dos Órgãos Regionais e Autárquicos e tomou conhecimento através do Sr. Deputado relator da iniciativa que não foi possível a conclusão do competente parecer, tendo o mesmo solicitado a Comissão a prorrogação do prazo.

Entretanto, após a análise e atendendo ao despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional que fixa o prazo de entrega do parecer para o dia 14 de Agosto do corrente ano em virtude do agendamento do referido diploma para o plenário do dia 15 do corrente mês, a Comissão decidiu a luz do n.º 4 do artigo 152.º do Regimento da Assembleia Nacional submeter o diploma a Mesa para sua análise, discussão e votação no plenário.

Com os melhores cumprimentos.

São Tomé aos 15 de Agosto de 2017.

O Vice-Presidente, Idalécio Quaresma.

O Sr. **Presidente**: — Está aberto o espaço para o debate na generalidade. Gostaria de saber as opiniões dos senhores deputados para podermos discutir este projecto de lei.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Interpelação a Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, mais uma vez, estamos perante uma atitude ditatorial. Quando os Deputados vêm para a Casa Parlamentar discutir uma lei que não têm conhecimento porque não foi distribuído, nem sequer publicado no Diário da Assembleia Nacional em tempo útil com antecedência mínima de cinco dias conforme o artigo 157.º do Regimento.

Sr. Presidente, não sei como podemos dizer que estamos num órgão de soberania democrático, discutindo coisas de interesse nacional, quando a Mesa da Assembleia actua desta maneira.

Essa lei deveria ter sido publicada conforme manda o artigo 157.º, no mínimo cinco dias antes da sua discussão na plenária. E os deputados não têm conhecimento desta lei e estão cá para discutir porque sabemos que é a lei da maioria e a maioria vai aprovar e ponto final. Isso é uma ditadura que temos que pôr cobro a isso.

O Sr. **Presidente**: — Em primeiro lugar para dizer ao Sr. Deputado, como tinha dito na Conferência de Líderes, se o Senhor ainda se recorda, vou-lhe dar só um exemplo do Diário da Assembleia Nacional do dia 11 em que está aqui publicado; «Projecto de Lei de Prorrogação de Mandato dos Órgãos Regionais e Autárquicos».

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — No dia,...

O Sr. **Presidente**: — Do dia 11.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Mais cinco,..

O Sr. **Presidente**: — Dia 11 foi sexta-feira.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Publicado não é.

O Sr. **Presidente**: — Sim.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Onze mais cinco,...

O Sr. **Presidente**: — Recebi em casa e imprimir no meu computador. Recebi no mesmo dia e imprimir imediatamente.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Dia 11, hoje estamos no dia quanto?

O Sr. **Presidente**: — Hoje é dia 15.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Penso que quando existem matérias de consenso, na minha opinião, como essa para legitimar os órgãos autárquicos face ao adiamento das eleições, penso que é uma matéria que deve merecer consenso.

Em primeiro lugar, o Sr. Presidente da Assembleia acabou de mostrar que o projecto foi publicado no Diário da Assembleia, mas gostaria também de relembrar as Sras. e Srs. Deputados e quem nos escutas lá em casa, mesmo em Portugal, Londres através da Rádio Nacional via internet que esse país, esta República tem história. O exercício que estamos a fazer é o mesmo que foi feito em 2013. Em 2013 houve uma iniciativa nesse sentido em que o projecto tem a data de admissão dia 14 de Agosto e data de discussão dia 15, mais de cinco dias.

Risos.

Uma Voz: — Mais de cinco dias?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Mais de cinco dias, é verdade.

É só para verem, em 24 horas, vamos fazer as contas. Pelo menos esse projecto no dia 11 foi publicado e hoje estamos no dia 15. É só para demonstrar as pessoas onde é que está de facto a democracia, o bom senso e a coerência.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Guiva.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — É verdade que o poder de iniciativa também recai sobre os deputados, mas também é verdade que para haver essa iniciativa deveria haver uma comunicação prévia do Governo a Mesa da Assembleia e acreditamos que houve. Houve essa comunicação prévia a Mesa da Assembleia da necessidade do adiamento das eleições autárquicas e regionais e pelo procedimento não foi pronunciado.

O Sr. **Presidente**: — A Sra. Secretária da Mesa está lembrar que ontem ela leu.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Se o assunto é agendado para hoje,... ontem leu sim, em forma de expedientes, mas hoje seguindo a regra de procedimento deveria ser o primeiro a ser pronunciado para que depois viesse a iniciativa, porque é ali onde invoca as razões para que realmente a eleição autárquica e regional fossem adidas.

O Governo é quem tem a incumbência de organizar e orientar as eleições autárquicas e regionais, é o Governo que comunicou a Mesa. Deve haver essa comunicação prévia para que depois houvesse a iniciativa, aliás foi isso que aconteceu. Aliás foi isso que aconteceu, a comunicação do Governo entrou no dia 9 e a iniciativa teve lugar no dia 10, uma é consequência da outra.

Por isso, julgo ser necessário tomarmos conhecimento da carta dirigida a Mesa da Assembleia proveniente do governo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, gostaria de lembrá-lo que ontem a Sra. Secretária da Mesa leu integralmente essa carta do Governo que no período de expediente onde explicava o porquê da não realização das eleições. Foi lida aqui neste fórum.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — A bocado o Sr. Deputado que me antecedeu disse que a dada altura houve uma lei idêntica que entrou na Assembleia Nacional num dia e foi votada no dia seguinte. Quis o legislador acabar com essa prática por essa razão legislou para que fosse cinco dias o mínimo e cinco dias úteis.

Portanto, se o legislador legislou estamos numa Casa Parlamentar é para que a gente cumpra o que está legislado. Cinco dias úteis são cinco dias úteis e é isso que deve ser.

Publicado no Diário da Assembleia Nacional para que realmente se possa pôr cobro a determinadas anarquias que possam existir dentro da Casa Parlamentar.

Daí que seria bom que respeitássemos essa lei sim senhor, porque é o Regimento da Assembleia Nacional que está em causa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado obriga-me de novo a lembrar que em Conferência de Líder abordei essa questão. Conferência teve lugar no dia 10 e tinha dito imediatamente isso que irei providenciar tudo para que publicasse o documento, eis razão que está publicado já, publicou-se logo no dia seguinte conforme combinado na Conferência de Líderes.

Na altura não levantou essa questão.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Não levantei questão porque não estava publicada.

O Sr. **Presidente**: — Disse que iria publicar e publiquei, publiquei no dia 11.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Mas não foi em tempo útil.

O Sr. **Presidente**: — Publiquei no dia 11 porque falamos disso no dia 10. Saí da sessão quase 13 horas.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Publicaram as que horas Sr. Presidente?
Recebi as 7 horas da noite de sexta-feira.

O Sr. **Presidente**: — Eu também recebi sexta-feira. Sr. Deputado, um deputado sério num país onde se trabalha não tem sábado nem domingo para discutir, discute-se todos os dias se for necessário quando é um assunto de interesse da Nação e sobretudo um assunto que se prende com adiamento da data das eleições e não só, prolongamento do mandato do poder local e regional, não temos como desviar o assunto pensando que é mero assunto que não se deve tratar.

Ruídos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Acho que estamos a discutir uma questão de legalidade, de cumprimento das normas e não vale a pena estarmos a refugiar no passado quando não temos toda a história. Mesmo o artigo 157.º também impõe que mesmo em 48 horas pode ser discutida, mas faltou o expediente.

Se não foi publicado em tempo útil, também por questões de urgência pode-se discutir em 48 horas, desde que a Conferência assim o delibere.

O que o Sr. Deputado Abnildo aqui anunciou, em 2013 a Conferência deliberou. Se a Conferência deliberou foi feito, mas não foi o caso presente.

Perguntei ao Líder se a Conferência reuniu e deliberou? Se deliberou tudo bem.

Uma Voz: — Deliberou, foi agendado, a Conferência é que aprova a agenda.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Estamos a falar de publicação, não é agendamento, são coisas completamente diferentes.

Não havendo tempo para publicação em cinco dias a Conferência reúne e por consenso pode deliberar a sua discussão mesmo sem parecer.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, uma coisa é clarividente,...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — O que estou querer dizer não é para nós ficamos nesta discussão, mas sim reconhecer que houve um lapso administrativo, pronto, mas assumir. Nunca ir buscar o passado para comparar quando são coisas completamente diferentes.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, eu para inscrever esse assunto para debate no dia 15 é porque ponderei no dia 10 na Conferência de Líder em que dei a conhecer a necessidade disto.

E também na minha intervenção houve, não sei se foi o Sr. Deputado Danilson Cotú, alguém queria saber como, até disse que iria fazer tudo para que na sexta-feira publicasse os documentos. E como verificaram e confirmou-me agora o Sr. Deputado Xavier Mendes, foi publicado na sexta-feira conforme combinado.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — A noite.

O Sr. **Presidente:** — Isso agora depende do sistema.

Murmúrios.

Muitas vezes fica lá a mensagem e mais tarde é que aparece, isso acontece constantemente.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — E tem que pagar hora extra aos funcionários que ficaram aqui até às 20 horas, propõe para pagar. Funcionário trabalhou até às 20 horas de sexta-feira.

O Sr. **Presidente:** — Agora fico mais feliz em saber que o Sr. Deputado sabe que trabalharam até às 20 horas.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Eu acompanho, aqui dentro da Assembleia sei das coisas.

O Sr. **Presidente:** — Então quer dizer que não faltei com aquilo que tinha combinado convosco.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sexta-feira é que saiu, às 20 horas.

O Sr. **Presidente:** — Vamos centrar no cerne da questão que tem a ver com a prorrogação de mandatos dos órgãos autárquicos e regionais e como sabem hoje é último dia da nossa sessão plenária só retomaremos os trabalhos no dia 15 de Outubro. Há toda uma necessidade de deliberarmos sobre esse assunto, sobretudo correrá o risco das câmaras como o órgão regional estarem no incumprimento de mandato, daí a necessidade de se fazer isso, estarem ilegal.

Não tendo mandato para cumprir corremos o risco de estar presente nesse tipo de caso. Posto isso, acho que é necessários que compreendamos que realmente é importante para o País que avoquemos no sentido positivo desta questão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Obrigado Sr. Presidente, não queria voltar a entrar em discussão consigo com relação a atitudes não legais nesta Casa Parlamentar, mas para dizer o Sr. Presidente que esta lei acaba de dar entrada, o Governo tem 21 minutos e está cá na Sala, tem que explicar a razão que

levou a solicitar a alteração do período de mandato das autarquias e regional. Queremos conhecer os fundamentos.

O Sr. **Presidente**:— Eu gostaria de pedir a Secretária da Mesa que já leu o documento ontem, para mandar vir de novo o documento para se fazer a leitura. Um pouquinho de paciência, ela vai já e regressa. Ela, como tem todas as coisas bem organizadas, portanto vai ser fácil.

Peço a Sra. Secretária da Mesa para reler o documento que já tinha lido, ontem, em relação a esse assunto.

A Sra. **Secretária**: — Muito obrigada, Sr. Presidente, vou passar a ler a Comunicação do Conselho de Ministros enviada à Mesa da Assembleia Nacional.

À Sua Excelência Sr. Presidente da Assembleia Nacional Palácio dos Congressos São Tomé
Objecto: Financiamento da organização e realização das Eleições Autárquicas e Regional
Excelência,

Por deliberação do Conselho de Ministros, venho pela presente comunicar à Vossa Excelência, que devido aos severos constrangimentos financeiros por que passa neste momento o Tesouro Público, não existem disponibilidades para financiar os custos com a organização e realização das Eleições Autárquicas e Regional, que deverão ter lugar ainda neste ano de 2017.

Aceite, Excelência, os protestos da minha mais alta e elevada consideração. São Tomé, 09 de Agosto de 2017.

O Ministro da Presidência do Conselho de Ministros dos Assuntos Parlamentares, *Afonso da Graça Varela da Silva*.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sra. Secretária da Mesa.
Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— Obrigado Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados.

Se estamos recordados, no momento da discussão e aprovação do Orçamento Rectificativo, eu disse aqui nesta Sala de que esse Orçamento era um Orçamento falso. Disse que era um Orçamento falso e o que o Governo propõe agora é uma batota. Falta de responsabilidade, falta de um puco de pudor.

Como é que aprovamos um Orçamento que sai daqui, ontem, aprovado na globalidade, onde tem uma verba estabelecida para as eleições, no valor de 10 mil milhões afectos ao Ministério de Defesa, e hoje, vem cá nos dizer que não há dinheiro, para realizar eleições? Isso é falta de honestidade. Isso é uma batota, Sr. Presidente! Não pode ser assim! Porque é que nos põem a aprovar...e onde é que vai essa verba depois?

Uma voz:— Fundo de Contrapartida.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— Onde é que vai essa verba depois? Nós sabemos que há verba de Fundo de Contrapartida do arroz do Japão. O que é que vão fazer com esse dinheiro? Se não vão realizar as eleições? Temos que ser mais sérios. Não podemos estar aqui a viver na batota! O Governo tem que ser sério e deixar de ser batoteiro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António.

O Sr. **José António** (ADI): — Sr. Presidente, mais uma vez, muito obrigado.

É apenas para repor alguma verdade e também, pronto,... refrescar um pouco a memória das pessoas. Repare! Primeira coisa, o Orçamento é previsão. Sabe-se. Sempre! Esse é um aspecto. É o básico também!

Outra questão: eleições autárquicas já foram adiadas,...ou seja, sempre foram adiadas. Sempre foram adiadas! Por isso, é que um Sr. Deputado tinha dito que quase que isso começa a ser uma matéria de consenso. Por isso, eu acho que nós temos é que evitar sempre estar com essa questão de falta de honestidade, falta disso, falta daquilo, porque não nos cai bem!

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Direito à resposta!

O Sr. **José António** (ADI): — Não nos cai bem. Porque se nos formos ver, em 93,...primeira eleição em 93, segunda em 2006, outra em 2010 e 2014. Por isso, nós não estamos aqui a repor nada que não seja normal. Volto a dizer: nós temos que facilitar as coisas, em vez de estar a complicar. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI):— Obrigado Sr. Presidente. Eu interpelei a Mesa,...é da forma como os trabalhos estão a ser dirigidos e seguidos. Eu penso que as pessoas até lá em casa podem cansar. Eu não quero aqui inibir nenhum Deputado, no uso da palavra, mas existe aquilo que é o básico.

Nós estamos numa plenária, e é normal o Deputado citar a intervenção do Deputado, desde que não o ofenda!

Portanto, nós estamos aqui...cada vez que nós falamos dum Deputado,...quer dizer, uma intervenção do Deputado a contrariar, ou a citar aquilo que ele contrariou, porque, se dois Deputados foram falar, antes de mim, quando eu for responder, é necessário situar, para não responder os dois! Eu tenho que citar o Deputado...

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — O Sr. Deputado está a falar, porquê?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI):— Foi interpelação à Mesa!

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Ah!...interpelação à Mesa?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI):— ...Exactamente! Era só para dizer...porque nós estamos com excesso de direito de resposta que não justifica, Sr. Presidente! Muito obrigado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Eu quando fiz interpelação à Mesa, não me deram e agora estamos....

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra, o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Obrigado Sr. Presidente. Eu gostaria que o Deputado que acabou de falar me dissesse a razão porquê, que ainda ontem, aqui nesta Casa Parlamentar, nós aprovámos um Orçamento para eleição autárquica e regional? Se já sabiam que não há possibilidade de fazer? Se já sabiam que não há possibilidade de fazer? Ontem, aqui! Enquanto o pedido já vinha antes da aprovação do Orçamento! É batota. É falsidade! É falta de honestidade, falta de responsabilidade.

O Sr. **Presidente**: — Bem! Sr. Deputado, eu já ouvi várias intervenções sobre esta matéria, eu agora vou submeter essa Proposta de Lei à votação. Quem vota a favor dessa Proposta de Lei, o favor de se pronunciar...

Murmúrios

Só um momento, só um momento. Eu vou...Bom! Eu peço imensa desculpa. Portanto...

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Porquê é que o Governo aparece na Casa Parlamentar?

O Sr. **Presidente**: — ...Sr. Deputado, por amor de Deus! Eu gostaria de dizer...bom uma...Meus senhores, tenham calma! Eu estou a conduzir os trabalhos também,.. não é...?

Murmúrios

...Calma! Estou a conduzir os trabalhos. Agora, toda a gente fala ao mesmo tempo. Não dá!

Uma voz: — Não, não. Isso é exagero!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tenha calma! Estamos no Parlamento!

Bem, eu gostaria de pedir a Mesa para proceder a leitura do Projecto para a Prorrogação do Mandato, por favor.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, uma intervenção. Eu tenho tempo! Ainda não se colocou nada em votação!...

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Já se fechou o debate!...

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Não! Não! Fechou debate como? Debate só fecha com votação!

Vozes:— já se fechou debate. Não há inscritos

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Por isso, eu quero intervir! Estamos no debate!

Murmúrios.

...Mas estamos no debate ainda!

O Sr. **Presidente**: — Sra. Secretária da Mesa, avança! Por favor.

Murmúrios

Sr. Deputado, eu já tinha pedido, ela levantou-se,

Protesto do Sr. Deputado Vasco Guiva.

O Sr. **Presidente**: — ...Deixa-me falar! Ela levantou-se, foi para fazer a leitura, quando o Sr. Deputado, agora pede a palavra. Bom! Sra. Secretária, espera um momentinho, eu dou-lhe a palavra. Para fazer prazer!

Então, tenha a palavra o Sr. Deputado. Pode ser lá no lugar.

Então Sra. Secretária, vem esperar aí.

Uma voz: — Credo, pá....

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD):— Obrigado, Sr. Presidente.

Uma voz: — Quer fazer disso uma propriedade dele.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD):— E é sobre isso que eu quero falar: algumas verdades! Já agora...

O Sr. **Presidente**:— Pode intervir.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD):— Obrigado, Sr. Presidente. Eu peço palavra para esclarecer e corresponder ao pedido do Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do ADI, em que dizia, «fala verdade!» . Eu venho para falar a verdade e relembrar a história.

A carta do Governo, lida pela Sra. Secretária, deixa claro que o adiamento das eleições autárquicas e regionais é por causa de escassez de meios para sustentar as eleições. E disse aqui o Sr. Deputado do ADI que estão a fazer o que os outros fizeram. Porque no passado, em 2013, fez-se o mesmo.

Risos

...Quero voz dizer que não!

2013!...as razões que levaram o Presidente da República a adiar as eleições não foram por causa de meios financeiros.

Vozes: — Nada disso!

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD):— ...Foi porque os senhores do ADI, em 2010, não se realizaram o recenseamento eleitoral de raiz, como a Lei e o tempo determinavam. A não realização de recenseamento eleitoral de raiz, fez com que, em 2013, um ano após a entrada do Governo, que os senhores chamam de tróica, não tivesse condições materiais para a realização das eleições. Mas hoje, a Comissão Eleitoral tem todas as condições reunidas para a realização dessas eleições. Por isso, a questão - financiamento não pode ser explicação.

O Fundo de Contrapartida existe! Há, ou não há, dinheiro de arroz? Está, ou não está orçamentado. Esta!...

Então, realizem as eleições! Realizem as eleições!... Mas sabemos, porquê é que não estão a realizar as eleições! Não estão a realizar as eleições, porque ainda não têm instrumento para sustentar a fraude!

Uma voz: — Sim!

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD):— ...Ainda não têm o Tribunal Constitucional...

Aplausos

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD):— ... Ainda não têm a Lei da Comissão Eleitoral! Por isso, realizar as eleições, agora, os senhores sabem que vão perder todas as Câmaras.

Uma voz: — Qual é Câmara?

Aplausos.

O Sr. **Presidente:** — Bem, Srs. Deputados, vou passar à votação, na generalidade, desse Projecto de Lei.

Quem vota a favor do Projecto de Lei, o favor de se pronunciar.

Pausa.

...Volto a insistir, quem vota a favor do Projecto de lei, o favor de se pronunciar. Obrigado. Quem vota contra?

Murmúrios

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— Está a votar o quê? Não há nenhum projecto. Projecto, não conhecemos.

O Sr. **Presidente:** — Não é preciso projecto. Já tinha sido apresentado, logo de início.

Murmúrios.

...Estamos a votar, na generalidade, e na generalidade, já houve uma exposição, já houve um Parecer lido e tudo.

O Sr. **Jorge Amado:** — Não, não, não!

O Sr. **Presidente:**— Depois de Parecer, passo à votação! É isso que estou a fazer. Já houve a leitura do Parecer! Agora, passamos à votação. Costuma a ser assim?

Uma voz: — Não houve parecer!...

O Sr. **Presidente:** Não houve Parecer, porque não veio o Parecer.

Contestações.

O Sr. **Presidente:**— Não! O Parecer na generalidade já tinha sido aprovado e já tinha sido lido. Na generalidade, já se leu o Parecer. Estamos agora a votar o Parecer, na generalidade.

Murmúrios

...Bem! Quem vota contra? Quem se abstém? O Projecto de Lei n.º 26/X/6ª que Prorroga o Mandato dos Órgãos Autárquicos e Regional.

Contestação

O Sr. **Presidente:** — É Projecto de Lei!

Vozes: — Então, tem que ler!

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — O Deputado Idalécio apresentou!

O Sr. **Presidente** — Portanto, deixa-me dizer o seguinte:

Uma voz: — É uma confusão danada!

O Sr. **Presidente:** — Não é confusão! Se calhar, falta apenas um esclarecimento.

Uma voz: — É um erro, sim...

O Sr. **Presidente:** — Não é um erro. Deixa-me explicar: O grupo parlamentar introduziu um requerimento para se discutir essa Proposta, na especialidade, mesmo aqui na plenária. Portanto, eu ainda

não cheguei lá, mas depois eu vou anunciar. E vai-se ler o requerimento e depois, votar o requerimento e aí, anunciar a margem para depois se discutir, na especialidade.

Murmúrios

...Eu estou a dizer, vai haver. Está agendado e ela vai ler. Não chegamos ainda lá.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Estamos a vota o quê?

O Sr. Presidente: — Estamos a votar esse Projecto de Prorrogação, na generalidade.

Umaz vozes: — Onde é que está o Projecto?

O Sr. **Presidente:**— Este Projecto é para o requerimento. Aprova-se o requerimento, depois nós entramos na especialidade e aí...

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Não se tem que aprovar o requerimento!

O Sr. **Presidente:** — É o que diz o Regimento.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Tem-se que aprovar o...

O Sr. **Presidente:** — Para se avocar aqui a discussão, na plenária, tem-se que aprovar o requerimento. Bom! Eu vou agora fazer o contrário. Ela vai apresentar o Projecto, agora, na generalidade e vamos aprovar o mesmo Projecto, na especialidade. Ponto final!

A Sra. **Secretária:** — Muito obrigada, Sr. Presidente, Eu, agora, vou apresentar o Projecto de Lei que Prorroga o Mandato dos Órgãos Regionais e Autárquicos.

Preâmbulo

Atendendo que as últimas Eleições Regionais e Autárquicas foram realizadas, em 12 de Outubro de 2014;

Atendendo ainda, que decorrido o percurso e de acordo com a Lei, as mesmas deveriam ter lugar a 15 de Outubro de 2017.

Tendo em conta, a indisponibilidade financeira não será possível a realização das Eleições Autárquicas e Regional, em tempo útil, tendo em conta ainda a importância das mesmas, como pressuposto de legitimação dos poderes Regionais e Locais. Havendo a necessidade de prorrogar os referidos mandatos, por motivos expostos acima, a Assembleia decreta, nos termos da alínea b do artigo 97º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1º

Prorrogação

É prorrogado o mandato dos Órgãos Regionais e Autárquicos até que se realizem as próximas eleições.

Artigo 2º

Entrada em vigor

A Presente Lei entra em vigor, a partir da data da sua publicação.

Assembleia Nacional, em São Tomé e Príncipe, aos 10 de Agosto de 2017. Assinado por alguns Deputados do Grupo Parlamentar do ADI.

O Sr. **Presidente:** — Vou voltar a submeter à votação, na generalidade, esse Projecto de Lei. Quem vota a favor do Projecto de Lei, o favor de se pronunciar.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Vocês já votaram 3 vezes a favor desse Projecto...

Risos

Submetido à votação, foi aprovado com 28 votos a favor do Grupo Parlamentar do ADI, 19 votos contra do MLSTP/PSD, PCD e UDD.

Posto isto, está aprovado o Projecto de Lei que Prorroga o Mandato dos Órgãos Regionais e Autárquicos.

Uma voz: — 29 votos

O Sr. **Presidente**: — Mas disseram-me 28. Vinte e nove estão aqui na sala? Então, aponta, 29 votam a favor, não é? Está registado 29.

Sras. e Srs. Deputados, o nosso Regimento estabelece que a etapa seguinte é a discussão e aprovação na especialidade, nos termos do artigo 162º. Porém, diz também o artigo 163º que o Plenário pode deliberar a todo o tempo, avocar a si, a votação na especialidade, a requerimento de pelo menos 5 Deputados. Gostaria de informar que a Mesa recebeu um requerimento subscrito por alguns Deputados do Grupo Parlamentar do ADI, pelo que convido a Sra. Secretária da Mesa a fazer a leitura do mesmo.

A Sra. **Secretária**: — Muito obrigada Sr. Presidente.

Pausa

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, estamos em pleno acto de votação.... Quer interpelar? Bom! Sr. Deputado tem a palavra.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD):— Sr. Presidente, eu gostava de saber, afinal de contas, o que é que nós estamos a querer fazer, agora, de seguida? Porque, na convocatória que nós recebemos, para este ponto, diz: discussão e votação na generalidade, especialidade e final global.

Então, não carece de nenhum requerimento, nem nada! Eu não entendi porquê do requerimento que o Sr. Presidente está a falar? Para esse ponto, já está previsto. Então, tendo já votado na generalidade, o Sr. Presidente, creio eu, desculpa não querer ensinar pai nosso a vigário, só deveria anunciar a passagem para etapa seguinte, que é votação na especialidade. É só isso. Muito Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, como diz o Regimento, terá de haver um requerimento introduzido para se avocar na plenária a sua discussão!

Uma Voz:— não!

O Sr. **Presidente**: — Se assim o entenderem porque eu quero cumprir aquilo que está estatuído no Regimento. O Regimento diz para votação na especialidade terá de haver o requerimento de cinco deputados. Agradeço pelo conhecimento. Posto isto, vamos passar então a votação na especialidade. Assim sendo, e sem mais delongas, vamos passar a análise na especialidade do projecto começado a apreciar o preâmbulo deste projecto de lei. Então era só para saber se há alguma observação em relação a preâmbulo.

Submetido à votação foi aprovado com 29 votos a favor do ADI, 19 votos contra de MLSTP/PSD, PCD e 1 UDD.

Está aprovado o preâmbulo.

Artigo 1.º

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD):— Artigo 1º é muito ambíguo. Não se percebe efectivamente o que é que pretende os proponentes. É prorrogado o mandato de órgãos regiões, autárquicas até que se realizem as próximas eleições. Isto é muito aberto. Se não se realizar eleições daqui há 5 anos, 10 anos, 20 é que temos que fixar um time. Porque se não podemos deixar isso e nunca mais se realizar as eleições.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD):— Ou se calhar querem pôr 7 anos.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD):— E agora sem querer entrar em mais discussões e aí sim que eu falo sempre na necessidade de consenso. É preciso nós discutirmos porque sempre houve consenso. Sempre se prorrogou mandato dos órgãos autárquicos e locais. Mas sempre na base de consenso na conversa dos líderes. Eu posso falar disso porque fui líder parlamentar por duas vezes e sempre que houve necessidade disso tinha que ser consentado posições porque o mandato dos órgãos autárquicos está fixado na Constituição tal como poder legislativo, do Presidente da República. É a Constituição que fixa no artigo 141.º o mandato do poder local.

E esse próprio artigo prevê a revogação em caso do mau funcionamento desse órgão em que se pode revogar o mandato nos termos da lei. Mas a Constituição não prevê a prorrogação. Portanto, é preciso que se diz, é necessário haver consenso em determinadas matérias. Daí a maioria só não consegue. A maioria fez, decidiu, querer prorrogar, mas esqueceu que no passado também houve, mas houve consenso. Porque sem haver consenso não é possível. Ou pelo menos que a oposição de então estava cega, porque está na lei. Eu estou a citar o que está no artigo 141.º da Constituição.

O Sr. **Presidente**: — Será que tem alguma proposta neste sentido?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD):— São os proponentes que devem apresentar as propostas. Eu não estou a prorrogar nada. Quem propôs a prorrogação é que deve dizer até ao dia tal, mês tal ou ano tal para a gente saber qual é o prazo de temporal dessa prorrogação a senão fica tudo em aberto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo de Oliveira.

O Sr. **Abnildo de Oliveira** (ADI):— Eu penso que a marcação das eleições não é a competência de Assembleia e nem um grupo parlamentar. É da competência do Presidente da República e nós aqui, o que estamos a fazer é para legitimar as acções das câmaras. E só nos cabe portanto quando o Presidente da República marcar data das eleições, pode marcar em Fevereiro, em Março, em Outubro de próximo ano é apenas isso.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD):— Se a eleição não for marcada?

O Sr. **Abnildo de Oliveira** (ADI):— O esclarecimento é que nós como proponentes, a nossa proposta é de o texto assim está correcto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, eu concordo com aquilo que disse o Sr. Deputado Abnildo. Porque parece-me que há uma questão agora que toda a gente quer tudo para sete anos portanto é necessário ficar claro também que querem alargar o poder de autarquia e de governo regional para sete anos. Por isso, tem que ficar definido para não ser também como Comissão Eleitoral.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo de Oliveira.

O Sr. **Abnildo de Oliveira** (ADI):— Eu agradeço a intervenção do Deputado António Barros, mas é só para dizer que o texto está claro. Senhores, o texto está claro. Até a realização das próximas eleições autárquicas e regionais. Não sou eu que vou dizer as eleições vai ser quando. E não sou eu que fixo a data das eleições! Não sou eu que marco as eleições.

Portanto, Sr. Presidente, eu penso que o texto está claro e nalgumas coisas como dizem que são bem-feitas, questões de bom cérebro, Sr. Presidente, a antiga lei ou a lei anterior que prorrogou o mandato das autarquias e do governo regional diz assim o artigo 1.º que passo a citar. «É prorrogado o mandato dos órgãos autárquicos e regionais até que se realizem as próximas eleições.» Está na lei anterior que prorrogou. Por essa razão nós quando algumas coisas são bem-feitas copiamos bem e quando elas não são bem-feitas nós não copiamos. Portanto, é assim Sr. Presidente, até as próximas eleições.

O Sr. **Presidente**: — Vou submeter artigo 1º para votação.

Submetido à votação foi aprovado com 29 votos a favor do ADI, 15 votos contra de MLSTP/PSD e PCD.

O UDD não votou. Está aprovado o artigo 1º.

Artigo 2º

Algum comentário? Alguma correcção? Não havendo passaríamos a votação.

É que estamos na votação e o Sr. Deputado e Sra. Deputada Maria das Neves entraram agora e não deviam. Podem estar, mas não considero o voto.

Vozes de PCD e MLSTP/PSD:— Já estão aqui dentro!

O Sr. **Presidente**: — Não, não. A regra aqui, Sr. Deputado, senta ali e depois da votação o senhor volta para o seu lugar. Sra. Deputada Maria das Neves pela justiça da questão, ela não vai votar.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD):— Não, não! Se está no lugar tem que votar.

O Sr. **Presidente**: — Meus senhores, não vamos polemizar uma questão que não levanta a polémica. A minha impressão é o seguinte. É que ela é Deputada sim e já se pronunciou claramente que não vai votar. A partir daí eu considero que ela pode estar sentada. E para já e pela justiça da questão é uma senhora e não vou deixá-la de pé. O outro Deputado é homem ele pode sentar e esperar a votação. Vamos continuar.

Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor do Grupo Parlamentar do ADI, 15 votos contra do MLSTP/PSD e PCD.

Portanto está aprovado o artigo 2.º.

Vamos agora a votação Final Global do Projecto, nesse caso não há discussão.

Submetido à votação, o Projecto foi aprovado com 29 votos a favor do ADI, 15 votos contra do MLSTP/PSD e PCD.

Portanto está aprovado o referido Projecto de Lei.

Vou agora passar ao terceiro ponto da ordem do dia, que faz alusão a discussão e votação Final global do Projecto de Lei n.º...

Sr. Deputado, estamos na votação?

Como eu dizia esse ponto faz alusão a discussão e votação Final Global do Projecto de Lei n.º20/X/6.ª/2017, sobre Lei Orgânica do Tribunal Constitucional.

Esta iniciativa foi discutida e aprovada na especialidade pela 1.ª Comissão Especializada Permanente, pelo que convido o relator ou um dos seus membros a proceder a leitura do respectivo relatório. Sr. Deputado não sejamos negativos. Sr. Deputado José António mais seriedade.

Tem a palavra Sr. Deputado Vasco Guiva.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Obrigado Sr. Presidente. O relatório é extenso, nele compreende a votação na especialidade da Lei das Custas do Tribunal Constitucional, Lei da Secretaria do Tribunal Constitucional e também da Orgânica do Tribunal Constitucional.

Por isso vou fazer um resumo somente dessas discussões.

Relatório da Análise e votação na especialidade do Projecto de Lei n.º20/X/6.ª/2017 – Lei Orgânica do Tribunal Constitucional

I – Introdução

Nos dias 03, 10 e 17 de Julho de 2017, a Primeira Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional procedeu à análise e aprovação na especialidade o Projecto de Lei n.º 20/X/6.ª/2017 – Lei Orgânica do Tribunal Constitucional.

Estiveram presentes nessa sessão de trabalho os Srs. Deputados Idalécio Quaresma, que as presidiu, Alda Ramos, Levy Nazaré, Esmaiel do Espírito Santo, Berlindo Vilela Silvério, do Grupo Parlamentar do ADI, António Monteiro, Vasco Guiva, Danilo das Neves, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD e Delfim Neves, do Grupo Parlamentar do PCD.

II – Análise do Projecto de Lei Orgânica do Tribunal Constitucional

A discussão na especialidade do Projecto de Lei Orgânica do Tribunal Constitucional resultou na apresentação de 5 (cinco) propostas de eliminação, 6 (propostas) de substituição, 47 (quarenta e sete) propostas de emendas e 26 (vinte e seis) propostas de aditamento, como a seguir se indica:

No entanto só irei passar, dar a conhecer a proposta de eliminação.

Propostas de Eliminação

- a) Eliminou se o n.º 2 do artigo 3.º;
- b) Eliminou se o n.º 2 do artigo 9.º;
- c) Eliminou se o n.º 2 do actual artigo 25.º;
- d) Eliminou se os n.ºs 3, 4, 5 e 6 do actual artigo 36.º;
- e) Eliminou se o n.º 3 do actual artigo 62.º;

III – Votações

Com as devidas alterações, o Projecto de Lei Orgânica do Tribunal Constitucional foi submetida à votação, tendo cada um dos seus artigos sido aprovados com votos a favor do GP ADI e votos contra dos GPs MLSTP/PSD e PCD, como consta no mapa em anexo.

Por outro, segue em anexo a declaração de voto apresentado pelo Senhor Deputado Delfim Neves, do Grupo Parlamentar do PCD.

IV – Texto Final

Por fim, a Comissão elaborou o Texto Final da Proposta de Lei, em anexo ao presente Relatório, que devem ser submetidos à Votação Final Global pelo Plenário desta Augusta Assembleia.

A Comissão de Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais, Direitos Humanos, Género, Comunicação Social e Administração Interna, em São Tomé, 31 de Julho 2017.

O Vice-Presidente, *Idalécio Quaresma*.

O Relator, *Vasco Guiva*.

Passo também a dar a conhecer a declaração de voto, proferida por Sr. Deputado Delfim Neves.

Declaração do Voto do Sr. Deputado Delfim Neves

A posição adoptada na análise e votação na especialidade do pacote legislativo inerente ao Tribunal Constitucional, tem a ver, em primeiro lugar, com a coerência do sentido de discussão e votação na generalidade, em segundo lugar, porque durante a discussão na especialidade foram precedidas alterações que desvirtuam o espírito e a letra do projecto aprovado na generalidade pelo plenário de Assembleia Nacional e, associado a isto, não foram respeitados os procedimentos estabelecidos nos artigos 147.º e 165.º do Regimento da Assembleia Nacional, mormente, no que tange as propostas de aditamento e a ordem de votação das propostas.

Delfim Santiago das Neves.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado. Após a leitura do relatório da 1.ª Comissão feita pelo seu relator, passamos a votação Final Global do Projecto de Lei, sobre a Orgânica do Tribunal Constitucional.

Gostaria de dizer o seguinte: Não havendo mais espaço para debate, porque assim impõe o regimento na sua alínea 3 do artigo 167.º, trata-se apenas da apreciação do relatório que relata a ocorrência dos trabalhos já aprovado na especialidade no seio da 1.ª Comissão. E assim sendo o passo seguinte é submeter o documento a aprovação Final Global.

Tem a palavra Sr. Deputado Abnildo de Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Obrigado. Eu pedia só a Mesa para alterar ao artigo 115.º do regimento. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, com esses considerandos, gostaria de saber quem vota a favor do Projecto de Lei na vertente Final Global.

Submetido à votação, foi aprovado com 28 votos a favor do ADI, 18 votos contra do MLSTP/PSD, PCD e do UDD.

Portanto, está aprovado Projecto de Lei n.º20/X/6ª/2017, sobre a Orgânica do Tribunal Constitucional.

Bem, ainda temos um ponto que se irá discutir, mas houve um pedido de declaração de voto por parte do Sr. Deputado Danilson Cotú, nesse sentido dou-lhe a palavra.

Para proferir a sua declaração rápida, porque não pode ultrapassar três minutos...

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Três?

O Sr. **Presidente**: — É o que impõe o Regimento.
Tem a palavra Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Obrigado Sr. Presidente.

Temos que dar a satisfação ao nosso povo, o povo que nos elegeu, mesmo aqueles que não nos elegeram para fazê-los acordar, em relação a determinadas matérias.

Essa questão do Tribunal Constitucional, nós do PCD já deixamos bem claro a nossa posição em relação a isso.

Facto ainda pior é quando nós todos sabemos, e somos conhecedores das dificuldades o que passa a nossa população, em termos de alimentação, em termos de medicamento, em termo financiamento para acções da juventude que precisa do primeiro emprego, etc., etc., nós não conseguimos entender as razões que justificam a separação neste momento, reparem neste momento, do Tribunal Constitucional e Supremo.

Daí nós, o PCD decidimos votar contra esse Projecto de Lei e estamos nesse momento a anunciar que erremos solicitar a fiscalização preventiva da constitucionalidade do acto e gostávamos de apelar a Sua Excelência o Sr. Presidente da República, para que respeite o disposto no número 6 do artigo 145.º da nossa Constituição.

Isto é importantíssimo Sua Excelência o Sr. Presidente da República, deve respeitar o disposto no número 6 do artigo 145.º da nossa Constituição. Nós estamos a anunciar e vamos fazer ainda hoje. Muito obrigado

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD

O Sr. **Presidente**: — Passemos agora ao quarto ponto da ordem do dia, a mais uma intervenção do Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

Tem a palavra Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Essa é a declaração de voto do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, associadas as preocupações que foram levantadas aquando desse pacote legislativo na

generalidade, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD votou contra toda essa legislação, por várias razões, várias dela aqui já apontada na generalidade e que o PCD também destacou.

Sabemos com a criação do pacote legislativo em relação ao Tribunal Constitucional na nossa opinião não é prioridade, por isso é que nós votamos contra, e vamos pedir como já se foi anunciada a fiscalização preventiva da norma por um lado, apelamos também a Sua Excelência o Sr. Presidente da República a não promulgação do referido pacote legislativo. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, como eu dizia vamos a quarto ponto da ordem do dia, que faz referência a discussão e votação na vertente final global do Projecto de Lei n.º21/X/6ª/2017, sobre a Secretaria do Tribunal Constitucional.

Salientar que essa iniciativa também foi discutida e aprovada na especialidade, da 1.ª Comissão Especializada Permanente, pelo que convido o relator ou um dos seus membros a proceder a leitura de referido relatório. Neste sentido vamos proceder a votação desta iniciativa. Primeira foi a orgânica e agora estou a falar de secretaria. Agora é outro voto. Lei da secretaria de tribunal constitucional.

Submetido à votação foi aprovado com 28 votos a favor de ADI, 12 contra de MLSTP/PSD, 5 contra de PCD, 1 contra de UDD.

Portanto, está aprovado o projecto lei sobre a secretaria do tribunal constitucional.

Passamos a último ponto que se refere a votação final global do projecto lei nº22/X/6ª/2017 sobre as custas de tribunal constitucional.

Submetido à votação foi aprovado com 28 votos a favor de ADI, 12 contra de MLSTP/PSD, 5 contra de PCD, 1 contra de UDD.

Posto isso, fica aprovado o projecto lei referente a custas do tribunal constitucional.

Srs. Deputados, o Regimento no seu artigo 57.º diz que Assembleia Nacional tem duas sessões anuais com início em 15 de Abril e 15 de Outubro não podendo exceder 4 meses. Assim sendo essa sessão encerra-se hoje dia 15 de Agosto. E em caso de necessidade poderemos reunir extraordinariamente e também as comissões especializadas permanente mediante a solicitação de uma autorização e poderão reunir os trabalhos. Para terminar desejo a Sras. e Srs. Deputados boas férias e agradeço pela participação, presença e colaboração de vossas excelências e assim declaro encerrada a 6ª Sessão Legislativa.

Aplausos de ADI.

O Presidente encerrou a sessão às 16 horas e 40 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Carlos Manuel Cassandra Correia

Gabriel Barbosa dos Ramos

Milton Viegas Fernandes Lima

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Manuel José da Trindade Gaspar